AGRO ANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 32 | Nº 07 | JULHO 2012 | R$ 15,00

ISSN 0100-4298

FGV GVagro Centro de Agronegócio



Crise do euro
A EMOÇÃO CONTINUA

RIO+20 | Não houve avanço

AGRICULTURA DE SÃO PAULO | Cana toma lugar da laranja

ABAG | Fórum discute integração lavoura, pecuária e floresta

O agronegócio é o seguinte

Preocupação com a zona do euro

O CENTRO das atenções neste momento reside no continente europeu, onde pacotes de auxílio preveem ajustes fiscais de cunho contracionista. Surpreendendo todas as previsões traçadas no final do último ano, os primeiros seis meses de 2012 foram marcados por agudas turbulências na Europa e com o Brasil apresentando fortes sinais de desaceleração. ***Agroanalysis*** discute os acontecimentos que ajudaram a deteriorar o cenário econômico além das previsões mais negativas. A Europa continua sendo o principal centro irradiador de más notícias. A essência dos seus problemas continua a mesma. De um lado, um sistema bancário frágil que batalha para digerir ativos de má qualidade em seus balanços e, de outro, um grupo de nações que busca resolver três desafios praticamente inconciliáveis: encontrar uma trajetória sustentável para suas dívidas, salvar seus sistemas bancários, e conter os cenários recessivos.

O grande ator é a Alemanha, que continua se recusando a pagar a conta. A única saída para estancar a crise é a consolidação das dívidas pelo BCE, com união fiscal. E sem que o povo alemão pague a conta, esta alternativa é inviável. Provavelmente, ainda teremos muitos solavancos ao longo do ano.

No Brasil, cabe uma proposta de agenda para a cadeia produtiva do suco de laranja. Não faz sentido que em alguns casos o suco de laranja seja vendido ao mesmo preço que a água. Um acréscimo de € 0,15 em cada litro viabilizaria a cadeia produtiva no Brasil, possibilitando a retomada de investimentos, no entanto muitos dos envasadores dizem que este aumento de preço seria um problema. É necessário o reposicionamento do produto. O desempenho da cadeia nos últimos 20 anos mostra que deixá-la à mercê das forças de mercado não representa uma solução sustentável para a sociedade.

A produção brasileira de citros aumentou 26,6% em 2011/2012 na comparação com a temporada anterior. O aumento da oferta para a indústria de suco provocou queda de preço e redução da margem para o produtor. Além disso, a indústria antecipou a colheita, reduzindo a necessidade imediata de compra dos produtores independentes. A simulação feita por ***Agroanalysis*** mostra que apenas os produtores eficientes obtiveram bons resultados na última safra e terão condições de resistir à mudança para o arrendamento para a cana.

Ainda no contexto do agronegócio nacional, o aproveitamento integral da cana-de-açúcar passa pelo uso econômico dos seus resíduos: a vinhaça, o bagaço e a palha. Essa é uma questão-chave para a continuidade da expansão da capacidade de moagem da matéria-prima, de modo a ampliar a capacidade de produção de etanol e açúcar. Ainda, a viabilidade econômica da cogeração é elemento fundamental de viabilização de novos projetos de instalação de novas usinas. A alternativa à cogeração realizada em usinas próximas à conexão com a rede de distribuição de energia é a produção de etanol de celulose, mas esta é uma alternativa que começa a se difundir.

Na Argentina, a conjuntura da bovinocultura é desoladora. Em 2011, o consumo *per capita* no país despencou de mais de 70 quilos para 54 quilos. O rebanho, de 2008 a 2011, reduziu de 60 milhões de cabeças para 47,5 milhões. Nos últimos doze meses, o valor da arroba do animal praticamente dobrou. Os controles oficiais de preços junto com as restrições às exportações comprometem a rentabilidade dos frigoríficos. Com tudo isso, o país ganha mais dinheiro com a exportação de biodiesel que com a carne bovina.

O 23º Fórum da Associação Brasileira do Agronegócio, realizado em parceria com a Cocamar, tratou do Sistema Integração Lavoura, Pecuária e Floresta. O projeto faz parte do Programa Agricultura de Baixo Carbono, criado no ano passado pelo governo federal. A sua tecnologia é típica para as condições tropicais da agricultura brasileira, sendo adequada para as médias propriedades rurais, em termos de diversificação dos cultivos com viabilidade econômica.

O caderno especial da Aprosoja Mato Grosso destaca o conjunto de ações desenvolvidas neste ano. A entidade trabalha com grande vitalidade no Congresso nas discussões em torno do Código Florestal, no sentido de deixá-lo o mais apropriado para os interesses do País. Participou da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20 – com a mostra do *case* de Lucas do Rio Verde. Junto com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, realizou o Congresso Brasileiro de Soja, e deu impulso no programa Soja Plus, uma parceria com Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais. Para completar, o Circuito Aprosoja 2012 contou com presença recorde de participantes.

Entre os dias 13 e 22 de Junho, a cidade do Rio de Janeiro abrigou a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (UNCSD), a Rio+20. Ao final do evento, ficou a sensação de que a conferência, mais uma vez, foi um conjunto de reuniões nas quais muito se discute e nada é decidido. A razão foi a falta de entusiasmo com relação aos avanços obtidos. Até mesmo o secretário-geral das Nações Unidas, o sul-coreano Ban Ki-moon, classificou o resultado final do encontro como "pouco ambicioso". ■

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas.
Conselho editorial: Antonio Carlos Pôrto Gonçalves, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Francisco S. Mazzucca, Ivan Wedekin, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor executivo: Luiz Antonio Pinazza
Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felippe Cauê Serigati
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro
Redação
Redator: Paulo Roque
Capa: Patricia Borba Werner
Arte: Alexandre Monteiro
Revisão: Raphael Messias
Fotos: iStockphoto e Stock.xchng
Secretaria e administração: Debora Durazzo
Produção editorial – coordenador: Evandro Jacóia Faulin
Publicidade/Contato Comercial: Debora Durazzo - Tel.: (11) 3799-4104, e-mail: debora.brito@fgv.br
Circulação/assinaturas: Debora Durazzo e Evandro Jacóia Faulin
Outros Estados: 0800.770.8881. Ligações de São Paulo: Tel.: 3799-4104, Fax: (11) 3262-3569, e-mail: contato@agroanalysis.com.br
Ponto de venda: São Paulo: Av. Paulista, 1.294, 15º andar, Tel.: (11) 3799-4104, Fax: (11) 3262-3569
www.fgv.br/agroanalysis

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.
Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Caixa Postal 62.591 - CEP 22257-970, Tel.: (21) 2559 6000, www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Conselho Diretor
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Antonio Monteiro de Castro Filho, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, José Júlio de Almeida Senna, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto
Conselho Curador
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Angélica Moreira da Silva (Federação Brasileira de Bancos), Ary Oswaldo Mattos Filho, Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Dante Letti (Souza Cruz S.A.), Edmundo Penna Barbosa da Silva, Heitor Chagas de Oliveira, Jaques Wagner (Estado da Bahia), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda.), Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A.), Raquel Ferreira (Publicis Brasil Comunicação Ltda.), Raul Calfat (Votorantim Participações S.A.), Rodrigo Valnísio Pires de Azevedo (IRB-Brasil Resseguros S.A.), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Sandoval Carneiro Junior, Sérgio Ribeiro da Costa Werlang
Suplentes: Aldo Floris (Brookfield Brasil Ltda.), José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Murilo Pinto de Oliveira Ferreira (Vale S.A.), Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A.), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A.), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Rui Barreto (Café Solúvel Brasília S.A.), Sergio Lins Andrade (Andrade Gutierrez S.A.), Victório Carlos de Marchi
Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor Executivo da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-SP: Prof. Francisco S. Mazzucca
Diretor da FGV-EAESP: Maria Tereza Leme Fleury

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Acesse o *site*
www.fgv.br/agroanalysis
ou ligue
0800 770 88 81
e assine
a publicação que
melhor acompanha
o agronegócio





Abre Aspas

6 Luiz Carlos Corrêa Carvalho

9 Macroeconomia
10 Agrodrops
12 Frases e comentários

Mercado & Negócios

13 Brasil e Europa
15 Contratos futuros e de opções de milho
16 Laranja
18 Cadeia produtiva do suco de laranja
20 Carne bovina

Agroenergia

21 Cogeração

Sustentabilidade

23 Rio+20

Fórum ABAG

25 Integração Lavoura, Pecuária e Floresta (ILPF)

Especial Aprosoja

33 Pavimentando os caminhos para o desenvolvimento sustentável

Especial ANDEF

43 Agricultura, o centro das soluções sustentáveis

44 Diário de bordo
45 Produzir
46 Opinião

47 Serviço ao agronegócio

Mercado & Negócios



13 Brasil e Europa

Mercado & Negócios



16 Laranja

Especial ANDEF



43 Agricultura, o centro das soluções sustentáveis

Luiz Carlos Corrêa Carvalho
Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag)

Planos para a nova gestão

Por Paulo Roque

TENDO ASSUMIDO a presidência da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag) em janeiro deste ano, Luiz Carlos Corrêa Carvalho pretende dar novo impulso às grandes tarefas da entidade, com ênfase na coordenação das ações 'transversais', ou seja, aquelas do interesse de todas as cadeias produtivas, e na melhora da imagem do setor agropecuário na sociedade brasileira. Com ampla experiência acumulada na área da agroenergia, Carvalho tem se destacado na defesa do etanol como energia renovável, na estruturação do conceito agroenergia, no desenvolvimento de políticas públicas setoriais e no aumento da visibilidade externa para o etanol brasileiro.

AGROANALYSIS **Quais são as principais propostas da Abag para o próximo triênio?**

LUIZ CARLOS CARVALHO Em nossa gestão, pretendemos reforçar de forma mais efetiva as grandes funções da Abag, que foi criada com uma visão ampla das cadeias produtivas, de modo a buscar o equilíbrio e o bom relacionamento entre as mesmas. Nesse sentido, há uma série de temas, que nós chamamos de transversais, que passam por todas as cadeias produtivas, as quais normalmente não são conduzidas por uma única cadeia. Ou seja, os segmentos da cana-de-açúcar, de óleos vegetais, da borracha ou do cacau têm uma grande dificuldade para tratar, individualmente, de temas como terra para estrangeiros ou Código Florestal. Tratar de questões como a discussão da sustentabilidade, do crédito rural ou do seguro rural, que atingem todas as cadeias, é a principal missão da Abag. Essa é a grande tarefa na qual vamos concentrar nossos esforços, com preocupações tanto na área de crédito e seguro como na área de imagem setorial, tentando melhorar a difícil relação que o setor rural tem com o meio urbano. Temas como o Código Florestal e a venda de terras para estrangeiros são candentes e, indiretamente, dificultam a chegada de capital para investimentos no Brasil. Quando falamos da imagem, temos também uma grande preocupação com a questão da educação. Todas essas questões estão relacionadas, de alguma forma, com a questão da segurança alimentar, que precisa ser tratada com uma visão mais global, procurando definir o posicionamento do Brasil como fornecedor de alimentos para o mercado mundial.

AGROANALYSIS **Quais foram os pontos que chamaram a atenção na gestão da entidade neste primeiro trimestre?**

CARVALHO Em primeiro lugar, a dificuldade do relacionamento entre a sociedade e o setor agropecuário e agroindustrial, um tema que não se resolve com uma campanha veiculada durante alguns meses na televisão ou no rádio, mas que exige um tratamento mais constante. Outra questão foi o impasse na discussão do Código Florestal. O problema é que, depois que se faz um projeto que precisa ser aprovado pelo Congresso Nacional, alguém pode vetá-lo mesmo sem ter condições de analisar e comparar as propostas, o que é uma coisa surreal. Isso reforçou a preocupação que nós temos com a questão da governança. Ou seja, com a necessidade de observar os elos da cadeia de uma forma geral e tentar mostrar à sociedade que o agronegócio tem sido a base da economia brasileira já há algum tempo. Já foi dado um passo importante com a aproximação das entidades. Nós vamos trabalhar juntos na Rio+20, como já trabalhamos na discussão do Código Florestal, discutindo temas de interesse comum de uma forma mais produtiva.

AGROANALYSIS **O Congresso Brasileiro do Agronegócio é sempre esperado com expectativa pelo setor. Teremos novidades este ano?**

CARVALHO Nós estamos levando ao Congresso justamente todas as questões que já citei. O Congresso deste ano dará sequência aos anteriores, que sempre se preocuparam com o equilíbrio setorial e com as questões ligadas à tecnologia e ao mercado doméstico. Nosso grande tema deste ano é segurança alimentar e energética, fazendo uma avaliação daquilo que está acontecendo lá fora e quais são os grandes riscos e as preocupações que nós temos em relação ao crescimento populacional e ao crescimento da renda, com uma nova visão voltada ao nosso setor. Ou seja, a possibilidade que a agricultura e o agronegócio têm de contribuir para a produção de alimentos e de energia. Nós queremos levar ao Congresso nossa visão da atual insegurança energética e alimentar que estamos vivendo e, a partir daí, analisar o papel que está reservado ao Brasil para reduzir essa insegurança.

AGROANALYSIS Quais foram as grandes contribuições da Abag nos onze anos de realização do Congresso?

CARVALHO Em todas as edições do Congresso, a Abag tem procurado mostrar o peso do agronegócio, como ele funciona e quais são suas mazelas. Por exemplo, num ano em que houve eleições no País, ele procurou apontar os grandes gargalos que afetam seu crescimento. No entanto, nós verificamos que, apesar do nosso esforço, não houve muito avanço para solucionar esses gargalos e que eles continuam existindo. Também temos mostrado o peso do Custo Brasil, que reduz a grande capacidade produtiva que existe dentro das propriedades agrícolas ou industriais, bem como as dificuldades que nós temos em outras áreas, como na questão dos insumos. Nos últimos meses, houve uma melhoria na questão da política fiscal e a redução dos juros. Mas, apesar dessa evolução, ainda precisamos fazer um grande esforço para resolver os problemas pendentes. O que nós precisamos é desenvolver uma visão de país. Ou seja, qual é nosso objetivo como país? Nós vamos continuar com uma visão antiga, de popa, olhando o passado e mantendo os antigos preconceitos em relação ao agronegócio? Ou vamos ter uma visão de proa, voltada à necessidade de resolver o problema da demanda mundial de alimentos e de energia através da agricultura? Nós precisamos entender que o Pré-sal ainda é uma ficção e que o agronegócio tem sido o alicerce para alcançar os benefícios do Pré-sal.

AGROANALYSIS Essa nova política de juros traz algo positivo para o agronegócio?

CARVALHO Eu acredito que essa nova política é para valer, mas eu gostaria que existisse uma política específica para o agronegócio, conduzida pela presidente da República. Mas eu ainda vejo muitas críticas e posições até preconceituosas de alguns técnicos do governo. Não vejo um tratamento para o agronegócio com a postura decisiva, como está sendo feito agora em relação aos juros. Essa nova postura sobre os juros obviamente ajuda indiretamente, reduzindo o custo financeiro dos setores industriais e de serviços, mas existem outros aspectos fundamentais que ainda precisam ser aperfeiçoados.

AGROANALYSIS Como a Abag olha para a questão da imagem das cadeias produtivas?

CARVALHO Nós temos uma grande preocupação com a imagem do nosso setor. Nós sentimos, no Brasil, um grande distanciamento entre o ambiente urbano e o rural, que não existe no resto do mundo. Nos países europeus, essa relação é muito saudável, de extremo respeito e de entendimento do mundo urbano para com a realidade do mundo rural. Esse tema tem sido muito discutido internamente na Abag, e nós estamos procurando especialistas para saber como vamos lidar com ele. Não deve ser um tratamento de choque, mas constante, desde a cartilha nas escolas, para que as novas gerações entendam a importância do nosso setor.

AGROANALYSIS A agricultura energética e a alimentar serão compatíveis no futuro?

CARVALHO Sim, podem ser muito compatíveis. Eu fiquei muito contente quando o novo diretor-geral da FAO, José Graziano, citou um comentário do ex-presidente Lula, que disse que o etanol é parecido com o colesterol: existem o bom e o ruim. O etanol tem também o bom e o ruim. O brasileiro é bom, tanto é, que foi considerado avançado até nos Estados Unidos. Já o etanol americano, feito de milho, é ruim, porque compete com a produção de alimentos. Graziano também disse que os países tropicais ainda têm grandes extensões de terra disponíveis, as quais são um patrimônio da humanidade a ser explorado para a produção de biodiesel, etanol, fibras para a produção de energia elétrica, e assim por diante. Quando se produz álcool a partir de grãos, como nos Estados Unidos, o álcool é feito do carboidrato, mas a proteína vai para a alimentação animal, que acaba nos alimentando.



> “precisamos entender que o Pré-sal ainda é uma ficção e que o agronegócio tem sido o alicerce...”

AGROANALYSIS Como especialista em sucroenergia, o senhor acha que essa cadeia vai superar sua atual conjuntura crítica?

CARVALHO Esse é um ponto muito relevante. Hoje, a cadeia produtiva da cana ocupa 2,6% da área agricultável do País, portanto muito menos que todas as outras culturas importantes. Mas se olhar-



> “É preciso entender que a produtividade e a competitividade dependem da sustentabilidade.”

mos o valor econômico dessa cadeia, em São Paulo, por exemplo, é a número 1 e, no Brasil como um todo, só perde para a soja, mas está acima das carnes. Ocupando cerca de 1,5% da área agricultável – que corresponderia só à cana destinada à produção de energia –, sua contribuição como fonte de energia é impressionante, o que mostra sua pujança e seu potencial. Ao mesmo tempo, essa cadeia vem sofrendo uma mudança profunda do ponto de vista tecnológico. Até cinco anos atrás, todo o plantio era manual. Hoje, todo o plantio é mecanizado, e a colheita, com a cana ainda verde, também é mecanizada, e todo o trato cultural é feito em cima da palha. Essa mudança foi radical do ponto de vista produtivo e ocorreu em muito pouco tempo. No entanto, nesse período, o setor também ficou fragilizado, em razão da crise, da idade dos canaviais e do clima ruim dos últimos dois anos, que acabou gerando um forte estresse. Para evitar uma nova queda na produtividade, eles precisam ser renovados, mas num ritmo mais rápido do que tem sido feito. Na questão econômica, 60% dos canaviais estão voltados para a produção de etanol, e, desse total, mais da metade correspondem ao álcool hidratado, que concorre diretamente com a gasolina. O governo trata a gasolina como se fosse um produto renovável, reduzindo seus impostos para não mexer no preço cobrado na bomba. Assim, os impostos da gasolina estão praticamente no mesmo nível dos impostos do álcool. E se considerarmos que o álcool gera um pouco menos energia que a gasolina, ele acaba tendo mais imposto que a gasolina, o que é um absurdo. Esse problema poderia ser resolvido adotando-se algumas medidas específicas, que valorizassem a externalidade positiva do etanol.

AGROANALYSIS O desenvolvimento de tecnologia tropical é um diferencial para o Brasil?

Carvalho Sem dúvida. Em Maringá, vai haver um evento sobre a Integração Lavoura, Pecuária e Floresta, mostrando que, depois do plantio direto, que já foi uma revolução, nós desenvolvemos uma tecnologia que faz o seguinte: no Cerrado, que tem um solo muito pobre e tem problemas de clima, é possível ter um processo de uso intensivo da terra e ela ainda melhorar. Isso funciona assim: começa-se plantando soja durante dois anos; depois, planta-se milho e, entre as linhas do milho, planta-se capim. Quando se está colhendo o milho, o capim já está grande e pode alimentar o gado. O gado também precisa de sombra, e, para criar essa sombra, plantam-se duas ou três linhas de eucalipto. Depois de cinco ou seis anos, essa madeira é colhida, gerando renda, e o solo começa a melhorar. Ou seja, começa-se a agregar renda e a viabilizar essa média agricultura em áreas em que antes parecia impossível que se pudesse fazer isso. Esse exemplo brasileiro pode significar uma nova revolução nos países africanos, propiciando um espantoso aumento de produção na mesma área, com várias culturas, produzindo grãos, carne, madeira. Isso é algo realmente extraordinário.

AGROANALYSIS Crescer de forma sustentável é uma oportunidade ou uma ameaça para o Brasil?

Carvalho Eu acho que é uma grande oportunidade. É preciso entender que a produtividade e a competitividade dependem da sustentabilidade. A chamada economia verde ou o equilíbrio do tripé social, econômico e ambiental é hoje um conceito fundamental. No entanto, ainda existe um certo desequilíbrio nesse tripé. Na discussão do Código Florestal, por exemplo, houve uma espécie de histeria ambiental, desconhecendo o impacto social ou econômico. É preciso lembrar que ninguém faz nada se não tiver uma lógica econômica. Muitos ambientalistas não admitem que houve uma evolução fantástica em vários setores da área agrícola deste país, como é o caso da produção integrada que, em minha opinião, vai ser uma nova revolução verde.

AGROANALYSIS Quais são suas considerações finais?

Carvalho A principal mensagem que gostaria de agregar é sobre o grande esforço que pretendemos fazer para conseguir com todos nossos parceiros das outras entidades de classe uma governança mais positiva e também um relacionamento mais saudável com o governo. Isso é importante, porque nós estamos chegando a um dos piores níveis de relacionamento que já tivemos. O produtor está fazendo a sua parte, mas agora isso depende mais da sensibilidade do governo. O Legislativo tem dado um bom exemplo para o governo, demonstrando que tem uma visão muito mais moderna do agronegócio. Nós sentimos que o Legislativo tem muito mais sensibilidade para a questão, mas nada impede que os técnicos do Executivo também passem a ter essa visão. ■

Macroeconomia

Crise global em perspectiva

Rogério Mori*

A CRISE econômica global, que teve como marco de início a quebra do banco Lehman Brothers, em setembro de 2008, prossegue sem dar sinais de trégua. Desde os momentos mais agudos da crise daquele ano até agora, o cenário econômico mundial permanece de estagnação do crescimento do produto e um expressivo aumento do desemprego global.

Após os estágios iniciais, os governos agiram prontamente com o intuito de evitar o pior: o colapso completo do sistema financeiro mundial. No bojo desse processo, a política fiscal expansionista dos EUA ajudou a conter o processo recessivo em que a economia norte-americana ingressou e viabilizou alguma recuperação econômica naquele país. Mesmo assim, a economia americana claudica e não exibe o bom crescimento econômico verificado por vários anos durante a última década.

A situação europeia também não aponta maior otimismo. Desde a desaceleração do crescimento global, os países do continente já apresentavam desajustes nas contas públicas. Com o crescimento do desemprego, houve um agravamento maior da situação e o registro de uma aceleração brutal do endividamento público. Os mercados têm perdido a confiança de forma gradativa, e o resultado reflete nos elevados juros cobrados nos leilões de títulos de países europeus. Além das economias menores do euro, como Grécia, Irlanda e Portugal, outras economias importantes na região também são afetadas, em particular Itália e Espanha.

Nesse contexto, o centro das atenções nesse momento reside no continente europeu. Os pacotes de auxílio preveem ajustes fiscais de cunho contracionista. O resultado é maior aumento no desemprego em países como a Grécia e Portugal. Nesse sentido, o apoio popular a essas medidas diminui ao longo do tempo, pois as medidas exigem sacrifícios por parte da população, sem a ocorrência de uma retomada econômica mais robusta e diminuição no desemprego. Esse fenômeno possui repercussões políticas uma vez que falta de apoio popular reflete diretamente nos resultados das eleições.

O nó em que se encontra a Europa é de um caráter mais complexo em comparação com o norte-americano. A forçosa manutenção do pacote de ajustes pode levar a uma ruptura no euro, com consequências duras para os bancos na Europa e o sistema financeiro mundial. Por outro lado, aliviar os ajustes demandados no contexto do pacote representa um sinal negativo para os demais países do bloco e os mercados financeiros.

Inverter esse cenário não será fácil. O melhor para a Europa seria a retomada do crescimento econômico mundial em bases mais sólidas, sem permitir uma queda do desemprego nesses países. No entanto, como esse ainda parece ser um cenário muito pouco provável, é mais razoável esperar uma persistência da crise nos próximos meses.

Uma ruptura na Europa teria graves consequências não apenas para a Europa, mas também para a economia global. O sistema financeiro mundial atualmente é bem mais integrado em relação a algumas décadas atrás. Nesse sentido, o colapso de bancos europeus por conta de um *stress* afetaria as demais economias do globo.

Sob essa perspectiva, claramente o Brasil seria afetado mais uma vez, com a possibilidade de a cotação da moeda norte-americana registrar um movimento de forte alta nesse processo. De qualquer forma, o governo brasileiro conta com mais instrumentos que aqueles em mãos dos governos europeus e mesmo do governo norte-americano. Nesse contexto, a relação da dívida pública com produto nacional bruto no Brasil é relativamente baixa, assim como o ajustamento das contas públicas. Isso abre oportunidade para uma política fiscal expansionista caso seja necessário. Ao mesmo tempo, ainda existe espaço do lado dos juros para gerar novos estímulos à economia brasileira. Ainda assim, em uma perspectiva de *stress* global, é razoável supor que ocorra uma desaceleração econômica no Brasil. Esse não é um cenário tão improvável assim. ■

*Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas

Por Paulo Roque
Correspondências para esta seção devem ser enviadas para o e-mail: psroque@uol.com.br

VOO MOVIDO A BIOCOMBUSTÍVEL


DIVULGAÇÃO KLM

Especialmente para a Rio+20, a KLM realizou o mais longo voo movido a biocombustível da história da aviação. O voo KL705 partiu no último dia 19 de junho, do aeroporto Amsterdam-Schipol, na Holanda, às 11h15 (hora local) em um Boeing 777-200, com destino ao Rio de Janeiro. A aeronave é abastecida parcialmente com combustível sustentável feito de óleo de cozinha usado. Entre os passageiros, estava o secretário de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente da Holanda, ministro Joop Atsma.

MARKETING DA CARNE BRASILEIRA

Durante a Feicorte, o ministro Mendes Ribeiro Filho esteve reunido com os pecuaristas para receber a proposta de um fundo de *marketing* para a carne brasileira, semelhante ao que já existe entre os pecuaristas norte-americanos. A ideia proposta pelo setor é recolher do pecuarista e do frigorífico a contribuição de R$ 1 por animal abatido com o objetivo de usar esses recursos para fomentar o consumo de carne no exterior. O setor considera a proposta importante para promover a abertura de novos mercados, a qualidade e a sustentabilidade do produto.


FEICORTE

ENQUETE DO *SITE* DA AGROANALYSIS

Você concorda que não adianta ser sustentável se não for ao mesmo tempo competitivo?



MINISTRO ANUNCIA PLANO À ALTURA DOS PRODUTORES

O ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro Filho, destacou, na Feicorte 2012 – Feira Internacional da Cadeia Produtiva da Carne, que o Plano Agrícola e Pecuário (PAP) que será anunciado ainda neste mês de julho estará à altura dos produtores brasileiros. Segundo o ministro, as previsões indicam que o Brasil terá um aumento de 40% na produção de grãos para os próximos anos e projeta, até 2022, um crescimento na produção de carne bovina de 2,1% ao ano, período em que deverá atingir cerca de 12 milhões de toneladas.

PLANTIO DIRETO NA ÁFRICA

O Instituto Agronômico do Paraná (Iapar) e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) lançaram o livro *Plantio Direto no Sul do Brasil*, de autoria dos pesquisadores Augusto Guilherme de Araújo, Ruy Casão Junior e Rafael Fuentes Llanillo. A publicação foi solicitada pela FAO para apoiar um projeto de agricultura conservacionista que será desenvolvido no Quênia e na Tanzânia.

MOVIMENTO PRÓ-LOGÍSTICA DE MATO GROSSO

O Movimento Pró-Logística de Mato Grosso protocolou um documento na Câmara dos Deputados defendendo a construção de eclusas na hidrovia Teles Pires–Tapajós a partir do município de Sinop (MT) até Santarém (PA), com extensão de 1.576 quilômetros. O documento foi apresentado ao término da audiência pública, proposta pelo deputado Nilson Leitão (PSDB/MT), que debateu os prejuízos à navegação hidroviária de Mato Grosso com a chegada do Complexo Hidrelétrico do Rio Teles Pires sem a construção das eclusas.

PRESIDENTE DA ABAG É ELEITO AGRÔNOMO DO ANO



DIVULGAÇÃO

* Luiz Carlos C. Carvalho

Luiz Carlos Corrêa Carvalho, presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag) e entrevistado desta edição de ***Agroanalysis*** (Abre Aspas), foi escolhido o Engenheiro Agrônomo do Ano pela Associação de Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo (Aeasp). O prêmio, uma estatueta da deusa Ceres, a deusa da agricultura, foi entregue em solenidade realizada no Clube Sírio-Libanês, em São Paulo. O Prêmio, concedido anualmente, presta homenagem aos engenheiros agrônomos que, por suas atividades e pelo exercício profissional, prestaram grandes contribuições ao setor agrícola.

MINISTRA CRITICA AMBIENTALISTAS



MARCELLO CASAL JR/ABR

Em seu discurso durante a cerimônia de inauguração da Arena Socioambiental na Cúpula dos Povos, a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, foi dura com os ambientalistas. Segundo ela, a maior parte das críticas aos programas do governo federal vem de "ambientalistas de escritório", e o País precisa deixar de lado o "achismo ambiental e discutir como gente grande." A ministra afirmou estar cansada das críticas que tem recebido por ambientalistas em função da posição brasileira nos debates da Organização das Nações Unidas (ONU) e do novo Código Florestal. "Basta de achismo ambiental de curto prazo. É hora de agir como gente grande. Não adianta fazer discurso dentro do escritório com ar-condicionado", afirmou a ministra, em tom inflamado, arrancando aplausos da plateia composta de ambientalistas, deputados e curiosos.

DÉFICIT PÚBLICO NORTE-AMERICANO: CHEGOU A VEZ DA *FARM BILL*

Há propostas para cortar recursos (em torno de US$ 5 bilhões/ano) do programa de pagamentos diretos. Influenciado pelo forte *lobby* do setor, este corte pode vir acompanhado da criação de um novo programa *(Shallow Loss)* que propõe transferir recursos aos produtores caso os preços das *commodities* agrícolas fiquem abaixo das médias históricas. Como tais médias têm sido fortemente influenciadas pelos elevados patamares das cotações dos últimos cinco anos, os gastos com este novo programa podem até exceder o valor dos cortes propostos.

BRASIL LIVRE DA FEBRE AFTOSA

Mendes Ribeiro Filho reiterou o empenho do governo federal no combate à febre aftosa. "Tenho compromisso firmado com a presidenta Dilma Rousseff para tornar o Brasil território livre de febre aftosa com vacinação até 2014. Meu desejo, entretanto, é alcançar essa meta até o próximo ano, e estamos trabalhando para isso", disse.

CNA PROPÕE A CRIAÇÃO DE APPS EM TODO O MUNDO

A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, apresentou, durante a Rio+20, proposta de criação de um conceito mundial de Áreas de Preservação Permanente (APPs). "O que nós queremos é encontrar adeptos a um conceito mundial de áreas de proteção permanente e que cada país possa, de forma autônoma, adotar uma legislação própria para a revitalização e a conservação das matas ciliares", destacou a presidente da CNA. Participaram da apresentação o presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Pedro Arraes, e o diretor-presidente da Agência Nacional das Águas (ANA), Vicente Guillo.

"O Brasil, que produz comida de qualidade e barata, ocupando apenas 27,7% do seu território, tem autoridade moral para, na Rio+20, defender novas propostas que garantam o crescimento sustentável da produção mundial."

SENADORA KÁTIA ABREU, presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), no Espaço AgroBrasil, no Píer Mauá, na Rio+20

"O ritmo econômico, acelerado e voraz não acompanha o ritmo do desenvolvimento humano. A sustentabilidade é o único caminho, uma questão de sobrevivência e o compromisso desta geração para com as gerações futuras."

CARLOS BOCUHY, presidente do Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental (Proam) e integrante do Conselho Nacional do Meio Ambiente, durante reunião de líderes de movimentos ambientalistas de Brasil e Argentina, em Buenos Aires, antes da Rio+20

"Que o Ministério da Agricultura não permita a abertura para importação do suco de laranja da Argentina como foi anunciado recentemente. Por favor, ministro, não abra isso."

JOÃO SAMPAIO, presidente do Conselho de Agricultura da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Cosag/Fiesp) em reunião com lideranças da cadeia da carne durante a Feicorte 2012

"O produtor tem dificuldade em se comunicar, e tentarei ser o seu intérprete político. Mas preciso ter instrumentos que me permitam dar sequência ao atendimento às reivindicações."

MENDES RIBEIRO, ministro da Agricultura Pecuária e Abastecimento, durante reunião com lideranças da cadeia da carne durante a Feicorte 2012



APROBIO

"Esta Conferência tem de ser objetiva e ter metas claras de quantidade e tempo para a inserção das fontes renováveis na matriz energética das nações"

ERASMO BATTISTELLA, presidente da Associação dos Produtores de Biodiesel do Brasil (Aprobio), ao propor a transferência de subsídios de combustíveis fósseis para energias renováveis no documento final da Rio+20 a ser assinado pelos chefes de Estado dos 158 países participantes do evento

"Vivemos na iminência de crises: financeira, climática, alimentação, combustíveis fósseis e governança global. Quando todas convergirem em um mesmo momento, o mundo como o conhecemos entrará em colapso. É o que chamamos de crise civilizacional."

MAURO DE MORAES VICTOR, engenheiro agrônomo e um dos autores da Agenda 21

"O DNA desse país é o agronegócio."

PAULO HORTO, da Programa Leilões, durante o lançamento da Feicorte 2012

"Desenvolvimento é qualitativo, e o crescimento é quantitativo. Atualmente, optam-se por ações que visem ao crescimento e não ao desenvolvimento. O problema não é mais da Ciência, que cumpre seu papel com a elaboração de estudos e argumentos teóricos. O problema está na Ética, no processo decisório. A Rio+20 ignora a Ciência e cobre de verde um discurso que é corporativo. É preciso ter Ciência com consciência."

YARA NOVELLI, oceanógrafa e professora da Universidade de São Paulo (USP)

Brasil e Europa

Balanço dos primeiros seis meses

Felippe Serigati*

O EXERCÍCIO de fazer previsões é uma tarefa bastante difícil e desafiadora. No entanto, uma previsão feita no fim do ano passado tem sido persistentemente confirmada: em 2012 não faltariam fortes emoções no noticiário econômico. Encerramos os primeiros seis meses do ano com agudas turbulências na Europa e com o Brasil apresentando sinais de desaceleração mais fortes que qualquer analista tinha previsto em dezembro. O que aconteceu nesses primeiros seis meses que deteriorou o cenário econômico além das previsões mais negativas do início do ano?

A Europa é o principal – mas não o único – centro irradiador de más notícias. A essência dos seus problemas continua a mesma. De um lado, um sistema bancário frágil que batalha para digerir ativos de má qualidade em seus balanços e, de outro, um grupo de nações que busca resolver três desafios praticamente inconciliáveis:

a) encontrar uma trajetória sustentável para suas dívidas;

b) salvar seus sistemas bancários; e

c) conter os cenários recessivos.

Embora haja grande divergência entre os analistas a respeito de quais seriam as melhores medidas para resolver (ou postergar?) os problemas, é difícil acusar as autoridades europeias de falta de disposição. Somente este ano, diversas políticas foram adotadas ou ampliadas:

1 – Empréstimos do Banco Central Europeu (BCE)

Estes empréstimos, que já totalizaram mais de € 1,08 trilhão, tiveram como objetivo fornecer dinheiro com juros subsidiados aos bancos europeus para que eles melhorassem seus balanços e pudessem ofertar crédito aos governos e ao setor privado. Esta medida, cuja última rodada foi realizada em fevereiro deste ano, foi comemorada por muitos como a compra de tranquilidade por pelo menos três anos (prazo de vencimento dos títulos), tempo necessário para que reformas estruturais fossem encaminhadas pelas autoridades nacionais. Todavia, uma vez com o dinheiro em caixa, não há qualquer mecanismo mais contundente que obrigasse os bancos a usarem esses recursos para financiar o setor privado ou os governos. Resultado: passada a euforia inicial, voltou a crise de confiança sobre a capacidade de os países da periferia do euro honrarem seus compromissos. Foi necessário ampliar os fundos de socorro já existentes.

2 – Criação do Mecanismo Europeu de Estabilidade (ESM – European Stability Mechanism)

Este é um fundo permanente que irá auxiliar o Fundo Europeu de Estabilização Financeira (EFSF – European Finantial Stability Facility) na missão de socorrer países com dificuldades para rolar suas dívidas; juntos estes fundos terão um capital de € 750 bilhões. Apesar desse montante, a atuação desses fundos tem sido duramente contestada, pois, atrelado ao socorro, o país devedor tem de se comprometer a realizar um conjunto de corte de gastos e reformas estruturais que,

A encruzilhada espanhola

A Espanha está passando por um processo de estouro de bolha imobiliária que faz com que o preço de uma fração dos imóveis fique menor que o valor das dívidas contraídas para comprá-los. Aliada à elevada taxa de desemprego (uma das maiores na Europa), a inadimplência tem crescido substancialmente e forçado os bancos a incorporarem fortes prejuízos em seus balanços. Este quadro fica ainda pior, porque os imóveis que foram utilizados como colateral nos empréstimos estão perdendo valor, manchando ainda mais os balanços.

Não há boas alternativas para o governo espanhol contornar esta situação. Se o governo fizer injeção de dinheiro para capitalizar estes bancos, aumentará seu estoque de dívida, será questionado pelo mercado sobre sua capacidade de pagamento e poderá sofrer uma crise de confiança ainda mais séria. Se não socorrer os bancos, estes podem gerar uma crise bancária que afetará toda a Europa e, por consequência, o resto do mundo, tal qual ocorreu em 2008 quando o Lehman Brothers quebrou nos EUA.

A solução encontrada até o momento foi o governo espanhol servir de intermediário entre os bancos e os fundos de estabilização. Estes emprestam dinheiro ao governo espanhol que repassa aos bancos. Esta opção não acalmou os mercados, porque, se os empréstimos não forem pagos, o governo espanhol terá de incorporar toda esta dívida nas suas contas.

Por que a economia brasileira tem desacelerado tanto?

A economia brasileira tem apresentado um ritmo de desaceleração que poucos analistas tinham previsto no início do ano. Enquanto, de acordo com a pesquisa Focus do Banco Central, o mercado projetava em dezembro de 2011 um crescimento de 3,3% para 2012, ao fim de junho, esta previsão caiu para 2,5%; O banco de investimentos Credit Suisse já fala em 1,5%. Por que a economia brasileira desacelerou mais do que tinha sido previsto?

Evolução da expectativa de mercado quanto ao PIB de 2012

Previsão feita em	PIB Agropecuária	PIB Indústria	PIB Serviços	PIB Total
Dezembro 2011	3,60	3,14	3,75	3,28
Janeiro 2012	3,36	3,07	3,64	3,23
Fevereiro 2012	3,48	2,93	3,58	3,30
Março 2012	3,40	2,89	3,63	3,23
Abril 2012	3,55	2,89	3,60	3,23
Maio 2012	3,71	2,30	3,41	2,90
Junho 2012	1,42	1,91	3,16	2,53

Fonte: Boletim Focus - Bacen (média das previsões de mercado - final de período)

1 – Fim do ciclo de bens duráveis: para estimular a economia frente à crise de 2008, o governo reduziu impostos para bens duráveis (automóveis e linha branca), reduziu a taxa de juros e ordenou aos bancos públicos facilitarem o crédito para pessoa física. Estas medidas funcionaram muito bem, porém, este ciclo de consumo de bens duráveis se esgotou; os consumidores já realizaram seus gastos, muitos ainda estão pagando parte das prestações assumidas e, consequentemente, apresentam hoje menor propensão a trocar de carro ou a comprar uma geladeira nova. O final do ciclo de bens duráveis explica tanto por que a economia desacelerou em 2011 quanto por que a repetição dessas medidas de estímulo ao consumo, adotadas pelo governo em 2012, não estão funcionando (nem vão funcionar) como em 2008.

2 – Reversão de expectativas: a solução para a crise do euro tem se mostrado cada vez mais complicada. Este clima aumentou a aversão ao risco dos investidores internacionais, que desmontaram parte de suas posições nos mercados emergentes para se abrigar em mercados mais seguros, como os de títulos dos governos norte-americano e alemão. Este ambiente de pessimismo encareceu o crédito externo e influenciou negativamente a expectativa dos empresários nacionais, que decidiram postergar investimentos até que fique mais clara a influência dos problemas europeus sobre a economia brasileira.

3 – Dificuldade para ampliar investimentos públicos: quando o setor privado fica mais receoso a investir, o governo assume esta função e acelera programas de investimentos públicos. Há esta disposição no governo federal, porém, os resultados ainda têm sido muito fracos. Diversas explicações: falta de coordenação entre os ministérios; base aliada rachada e ainda tentando fechar as feridas do fogo amigo que provocou a queda de seis ministros; necessidade de segurar investimentos para garantir o superávit primário.

além de desagradar diversos setores da sociedade, notadamente aposentados e funcionários públicos, causa a contração da economia. É justamente este ambiente recessivo acentuado pelas políticas de austeridade que tem intensificado o clima de incerteza e nervosismo na Europa.

Fontes de nervosismo e incerteza

1 – Quanto menor o crescimento do PIB, mais difícil se torna para um país honrar suas dívidas, pois menor será o volume de arrecadação. Diante desta situação, muitos analistas, entre eles o prêmio Nobel Paul Krugman, defendem que estes planos de austeridade, ao invés de solucionar, estão, na verdade, jogando terra em cima de um enfermo que está agonizando. Eles defendem que sejam promovidas políticas que estimulem a economia, como expansão de gastos públicos, principalmente sob a forma de investimentos em infraestrutura. No entanto, quem vai financiar estes investimentos se o problema destes países é justamente sua incapacidade de rolar suas dívidas?

2 – Como estes planos de austeridade exigem cortes de gastos, e estes geram efeitos contracionistas nas economias, outro delicado subproduto destas medidas é o elevado nível de desemprego e a consequente retração da renda das famílias. Esta combinação tem gerado um clima de instabilidade política; desde que a crise começou, doze líderes de governo em onze países na Europa já caíram, e alguns foram substituídos por autoridades eleitas com um discurso contra as reformas e as políticas de austeridade. O mercado recebeu essas mudanças de forma bastante negativa, em razão do potencial que isso tem de emperrar ou dificultar as negociações e das ações conjuntas coordenadas entre os demais países do bloco, o que tornaria ainda mais difícil, lento e custoso todo o processo de resgate do euro.

Cada vez mais parece que a única solução da crise ficará a cargo do BCE, que terá de comprar os títulos de dívida dos países problemáticos, tal qual fez o Federal Reserve (Banco Central dos EUA) em 2008 e 2009. Falta "apenas" convencer a chanceler alemã Angela Merkel disso. ■

*Doutorando em economia pela FGV/EESP e pesquisador visitante da UC Berkeley (felippeserigati@gmail.com)

Contratos futuros e de opções de milho

Maior espaço no mercado

Renata Elise Gaiotto Sebastiani*

ESTE É um momento muito estratégico para a recuperação deste segmento na participação dos contratos do milho. A comprovação para este argumento é o aumento dos participantes financeiros, os quais geram maior liquidez das operações, principalmente no mercado de opções, tanto no curto quanto no longo prazo. Sendo assim, este é um momento oportuno para o produtor rural e os demais participantes da categoria de pessoa física fazerem seu *hedge* direto do grão para, consecutivamente, travar seu custo de produção na lavoura, prospectando maiores lucros na finalização da comercialização do milho e garantindo de uma forma segura o seu preço final de recebimento. Os dados seguintes comprovam este fato.

Em setembro de 2008, a BM&FBovespa lançou novos contratos futuro e de opções de milho liquidados pelo Indicador de Preços de Milho Esalq/BM&FBovespa, referenciado na praça de Campinas, Estado de São Paulo, diferentemente do contrato de milho antigo que previa entrega física. A isenção da obrigação de entregar milho para liquidar a operação foi bem-aceita pelo mercado, já que a complexidade tributária (ICMS, PIS e Cofins) gerava incerteza tanto na incidência e na magnitude da alíquota quanto no aproveitamento de créditos.

A adequação do contrato de acordo com o perfil de atuação do mercado interno do grão foi preponderante para o seu sucesso, que passou a ser o preferido dos *players* e ganhou liquidez. Atualmente, em número de contratos negociados, o milho é a segunda *commodity* agropecuária de maior negociação no mercado futuro da Bolsa, atrás apenas do boi gordo.

Com uma colheita recorde na produção brasileira de milho para a safra 2011/12, o produtor rural demonstra para o mundo sua tremenda capacidade de produção, com o emprego de alta tecnologia em suas lavouras, tirando proveito do bom cenário de alta demanda internacional pelo produto.

Há um aumento do consumo de milho no mercado interno, principalmente para a utilização na produção animal, e o crescimento constante das exportações, influenciadas fortemente pelo progressivo aumento do mercado chinês pelo milho brasileiro. Isso exige profissionalização de todos os elos desta cadeia em relação ao gerenciamento de risco de preços. O *hedge* (fixação de preços) do produto através dos mercados futuros e de opções surge como uma das principais ferramentas para a otimização dos lucros e limitação das perdas envolvidas na comercialização.

Dentre os participantes do mercado agrícola na BM&FBovespa estão as pessoas jurídicas não financeiras (*tradings*, cooperativas, empresas de insumos, empresas processadoras, cerealistas, empresas do setor de aves, suínos e bovinos e alguns produtores rurais), pessoas jurídicas financeiras (bancos, fundos, tesourarias), investidores não residentes (capital estrangeiro) e as pessoas físicas (produtores rurais, avicultores, suinocultores, entre outros).

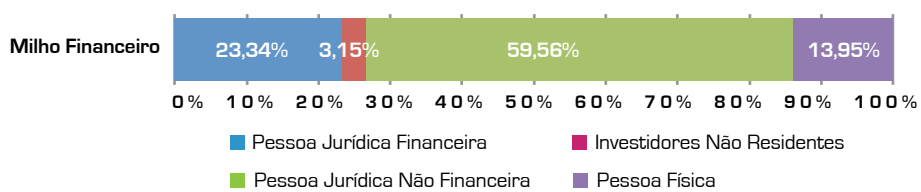
Os participantes jurídicos financeiros operam com maior frequência tanto no mercado futuro quanto no mercado de opções. Essa categoria é muito importante para imprimir liquidez aos mercados (facilidade de comprar e vender um contrato), além de ajudar numa melhor formação de preços.

No fim de março, os participantes financeiros registraram um crescimento de 85% em comparação ao mesmo período de 2011 na participação do total de contratos futuros em aberto de milho, saindo de 12,6% para 23,3%. Dado muito importante, que configura e concretiza o aumento da atuação deste setor no contrato do milho, resultando na promoção de maior liquidez nas operações.

Os clientes não residentes ainda possuem baixa participação na operação dos contratos em aberto do milho, mas também estão demonstrando um exponencial interesse nesta modalidade; saltaram de 0,1% para 3,1%, no mesmo período analisado.

Já os clientes não financeiros praticamente mantiveram seu percentual participativo, de 62,5% em março de 2011, para 59,9% em março de 2012. Com relação à participação de pessoas físicas, houve redução de 24,9% para 13,9% no período. ■

% Participantes BM&FBovespa - Março/2012



Fonte: BM&FBovespa

*Especialista da Diretoria de *Commodities* da BM&FBovespa

Laranja

Resultados econômicos

Rafael Ribeiro de Lima Filho[1]
Gustavo Adolpho Maranhão Aguiar[2]
Alcides de Moura Torres Junior[3]
Jéssyca Guerra[4]
Evandro Jacóia Faulin[5]

A PRODUÇÃO brasileira de citros aumentou 26,6% em 2011/2012 na comparação com a temporada anterior. A colheita terminou em fevereiro. Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), foram colhidas 375,74 milhões de caixas de 40,8 kg. O aumento da oferta para a indústria de suco provocou queda de preço e redução da margem para o produtor. Outro ponto importante é que, na temporada que se encerrou, a indústria antecipou a colheita, de forma a reduzir a necessidade imediata de compra dos produtores independentes.

Resultados econômicos

Para a análise econômica apresentada a seguir, foi considerado o preço ao produtor em R$ 10,50 por caixa de 40,8 kg, que foi estabelecido como preço mínimo pelo governo no ano passado para as empresas que quisessem contratar a Linha Especial de Crédito (LEC) para estocagem de suco de laranja. Em relação aos custos de produção da caixa de 40,8 kg em São Paulo, há uma diferença significativa quando comparados os valores calculados por diferentes fontes. Dessa forma, o resultado econômico foi calculado para três valores de custo: R$ 13,90, divulgado pela Conab; R$ 10,00, obtido por produtores mais eficientes; e R$ 8,09, obtido pela indústria. A produtividade considerada foi de 715 e 900 caixas por hectare (veja tabela).

Na simulação realizada, a estimativa de custo por hectare é de R$ 9.938,50, R$ 9.000,00 ou R$ 7.284,99, respectivamente para o custo de R$ 13,90, R$ 10,00 e R$ 8,09 por caixa. Descontando-se este custo do faturamento obtido por hectare, o agricultor pode ter contabilizado um prejuízo de R$ 2.431,00 ou um lucro de R$ 450,00 ou 2.165,01 por hectare na temporada 2011/2012.

Como vimos na edição de maio de ***Agroanalysis***, o valor médio obtido com o arrendamento para cana-de-açúcar em São Paulo, entre 2004 e 2011, foi de R$ 668,26 por hectare. Olhando apenas para 2011, o valor médio do arrendamento foi de R$ 809,98 no Estado. Segundo a Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos (CitrusBR), de 2001 a 2009, a quantidade de produtores de laranja do cinturão citrícola (São Paulo e Triângulo Mineiro) caiu de 15 mil para 12,6 mil, uma redução de 16%. Ao mesmo tempo, o cultivo em maiores áreas está se tornando mais expressivo. O que tem ocorrido é uma migração dessa cultura para a cana-de-açúcar em São Paulo. Segundo informações do Projeto Canasat, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), a área cultivada com cana em São Paulo cresceu de 3,0 milhões de hectares em 2003/04 para 5,4 milhões de hectares em 2011/12, avanço de 79,9%.

Os resultados econômicos adversos em safras passadas foram a principal causa do êxodo de produtores para outras ati-

São Paulo: Resultado obtido pelo produtor de laranja e cana na safra 2011/12

	Laranja			Cana	
				Produção[4]	Arrendamento[5]
Custo da caixa de laranja (R$)	13,90[1]	10,00[2]	8,09[3]	-	-
Produtividade (caixas de 40,8 kg por ha)	715[1]	900[2]	900[2]	-	-
Custo operacional (R$/ha)	9.938,50	9.000,00	7.284,99	3.262,30	-
Receita (R$/ha)	7.507,50	9.450,00	9.450,00	4.625,49	-
Resultado econômico (R$/ha)	**- 2.431,00**	**450,00**	**2.165,01**	**1.363,19**	**809,98**

Fontes: 1. Conab; 2. estimativa *Agroanalysis;* 3. artigo *Cadeia produtiva do suco de laranja - Proposta de agenda*, publicado nesta edição de *Agroanalysis;* 4. Assocana e Conab; 5. IEA

vidades. A perda de espaço da cultura citrícola fica bastante evidente para quem percorre as principais regiões produtoras.

Este cenário tem gerado discussões na cadeia da laranja. De um lado a indústria, que produz aproximadamente 50,0% da produção de laranja, pressionando os preços no mercado interno. Do outro, os produtores independentes, que se sentem prejudicados com a concentração do setor e a imposição de preços pela indústria.

Um dos fatores que prejudicaram os produtores independentes foi a indústria ter liberado lentamente a colheita da laranja, o que fez com que houvesse perdas ao redor de 15% em função da queda de frutas. Além disso, a política do preço mínimo, estabelecida pelo governo federal em 2011, não trouxe o alívio necessário para o setor. Em muitos casos, os R$ 10,00 por caixa mais o bônus de R$ 0,50 estabelecido pelo governo acabaram sendo o preço máximo, e não o mínimo.

O acordo definido em 2011

Preço fixado em R$ 10,50 por caixa de 40,8 kg, sendo R$ 10,00 de preço referência e R$ 0,50 de participação mínima de garantia de venda de suco de laranja.

Participação: os produtores terão direito a um acréscimo no preço da caixa de laranja de US$ 0,1646 para cada US$ 100,00 por tonelada de suco, quando a média ponderada do preço de comercialização do suco concentrado e congelado de laranja (FCOJ), no período de julho de 2011 a junho de 2012, ultrapassar US$ 2.100,00 por tonelada. O preço médio ponderado de comercialização será calculado considerando 80% da cotação na Europa, efetivamente entregue e divulgada pela indústria, e 20% com base na média aritmética das cotações da Bolsa de Nova York, descontado o imposto de importação norte-americano. O valor de US$ 0,1646 por caixa de laranja foi calculado considerando rendimento de 243 caixas de laranja por tonelada de suco e rateio dos ganhos de 60% para indústria e 40% para o produtor.



SXC.HU

Perspectivas para 2012/2013

No início de maio, a CitrusBR divulgou a primeira estimativa da safra de laranja 2012/13. Considerando-se os pomares de São Paulo e do Triângulo Mineiro, a estimativa aponta para uma produção de 364 milhões de caixas de 40,8 kg, volume 15% menor que o estimado para a safra 2011/12 (428 milhões de caixas).

Para a temporada 2012/13, não existe previsão de início do processamento da laranja. Quase a totalidade dos citricultores ainda está sem contratos. Fica a expectativa de como a demanda das indústrias se comportará, já que os estoques estão elevados, e as perspectivas de exportação não são animadoras.

Segundo informações do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea/USP), ainda que não tenham sido divulgados preços para a safra, as indústrias estariam negociando uma prorrogação da Linha Especial de Crédito (LEC) adotada na temporada 2011/12. O setor deve ficar atento, também, ao volume de laranja que o mercado interno absorverá. Em 2011/12, a elevada oferta de laranja de mesa derrubou as cotações neste segmento.

Apenas os produtores muito eficientes terão condição de resistir à mudança para a cana. ■

1 Zootecnista da Scot Consultoria (rafael@scotconsultoria.com.br)
2 Zootecnista da Scot Consultoria (gm@scotconsultoria.com.br)
3 Engenheiro agrônomo da Scot Consultoria (alcides.torres@scotconsultoria.com.br)
4 Zootecnista (jg@scotconsultoria.com.br)
5 Consultor da FGV Projetos

Cadeia produtiva do suco de laranja

Proposta de agenda

Marcos Fava Neves[1]
Vinícius Gustavo Trombin[2]

NÃO FAZ sentido que em alguns casos o suco de laranja – com uma cadeia produtiva estruturada, investimentos de longo prazo, elevados riscos agrícolas – seja vendido ao mesmo preço de água. Este fato foi comentado em Madri durante palestra realizada pelo autor no World Juice 2011 e surpreendeu cerca de 300 pessoas, a maior parte envasadores na Europa. O intuito era o de explicar os novos patamares de custos de produção no Brasil para justificar os preços do suco concentrado.

Um grande reposicionamento do produto é necessário. Um acréscimo de € 0,15 em cada litro viabilizaria a cadeia produtiva no Brasil, possibilitando a retomada de investimentos. Muitos dos envasadores dizem ser um problema este aumento de preço, principalmente do suco de laranja de marca própria, pois romperia uma barreira psicológica de € 1. Seria um mito?

Agora, com o repasse dos recentes aumentos de preço do suco de laranja aos consumidores, resta observar como eles reagirão. Depoimentos dos responsáveis pelo setor de sucos, tanto da Coca-Cola quanto da Pepsi, naquele mesmo evento, mostraram-se bastante animadores. As projeções de crescimento de vendas indicam que o mercado de sucos é prioritário e que, mesmo em mercados maduros, existem estratégias para criar diferenciação com conceitos de bem-estar e nutrição e, assim, ampliar o consumo do suco para outras ocasiões; hoje, mais de 75% são consumidos no café da manhã.

Em uma entrevista realizada em Colônia, na Alemanha, com um líder de mercado em um dos grandes países consumidores da Europa, foram discutidos caminhos ainda não pensados pelo Brasil. Um deles poderia ser chamado de *Drink Brazil* e teria como estratégia um projeto piloto com o apoio de um dos envasadores na Europa. O projeto consistiria em financiar a promoção do suco brasileiro na Alemanha, para posteriormente replicá-la a outros mercados, destacando na embalagem o país de origem e os valores simbólicos associados, tais como a alegria e a reconhecida energia de um país tropical.

Acredita-se que € 5 milhões a € 7 milhões anuais seriam suficientes neste momento. Segundo um dos entrevistados, este investimento resultaria em um incremento de vendas de cerca de 130 milhões de litros de suco, o que representaria uma demanda adicional de 24 mil toneladas de FCOJ brasileiro. O desempenho nestes últimos 20 anos desta cadeia mostra que deixá-la à mercê das forças de mercado não representa uma solução sustentável para a sociedade.

Ações necessárias para a cadeia:

• Harmonizar os diferentes elos da cadeia citrícola e permitir que todos os citricultores tenham o mesmo nível de informação é fundamental. O Consecitrus, antiga reivindicação da cadeia produtiva e de seus estudiosos, é a forma mais viável de garantir a distribuição equânime dos resultados entre produtores e indústrias, considerando o capital investido e o risco envolvido para cada agente.

• Para distribuir renda (Consecitrus), é necessário gerar renda (preços remuneradores do FCOJ). Portanto, como defendido desde novembro de 2010 em artigo publicado na *Folha de S.Paulo*, deve-se fortalecer a política de composição e administração de estoques, importante instrumento de regulação, porque reduz a volatilidade de preço do suco e da fruta, beneficiando os envasadores europeus, que teriam maior previsibilidade de compra.

• Informação sistemática do setor também é necessária. Houve grande avanço na difusão de informações desde 2010, com abertura de muitos dados, mas é preciso mais profundidade e frequência, montando uma rotina, como existente nos Estados Unidos.

• A quarta ação é a busca do desenvolvimento do mercado interno, desonerando totalmente o suco de tributos, fortalecendo as compras públicas para merenda escolar e uma nova visão para o *marketing* do setor.

• A quinta ação é ampliar o apoio técnico e financeiro aos citricultores pelos órgãos oficiais para melhoria da produtividade. Aproximadamente 45% dos hectares com laranja estão produzindo menos de 500 caixas, dificultando a viabilização da atividade em terras cada vez

Os fatos, impactos e atos na cadeia citrícola

FATOS CITRÍCOLAS	IMPACTOS GERADOS	ATOS NECESSÁRIOS
Queda no consumo de suco de laranja nos principais mercados.	Reduz importação de FCOJ brasileiro.	- Esforços de *marketing*, visando recuperar o consumo. - Desenvolvimento de mercado nos emergentes.
Lançamentos de bebidas inovadoras, incremento da produção do suco de maçã e envasadores multibebidas que priorizam bebidas com maior margem.	Reduz mercado para o FCOJ.	- Reposicionar o suco como alimento líquido. - Incentivar o consumo em escolas. - Disseminar informações sobre as vantagens nutricionais. - Adotar estratégia *consumer pull effect*.
Concentração no elo varejista (dez maiores comercializam 52% do suco de laranja) e fortalecimento das centrais de compras.	Negociação centrada em preço e crescimento das marcas próprias.	Diversificar canais de distribuição e aumentar esforço de desenvolvimento das grandes marcas e da marca *Drink Brazil*.
Barreiras tarifárias nos principais mercados de destino do suco (cerca de US$ 300 milhões por ano).	Perda de competitividade do sabor laranja.	Buscar a redução das tarifas alfandegárias.
Falta de posicionamento e de um entendimento harmônico entre os elos da cadeia produtiva.	Removeu margens e trouxe perda de valor junto ao consumidor.	Implementar regulamentações setoriais de recomposição dos estoques.
Escalada do custo da terra e dos investimentos em pomares, fábricas, armazenagem e distribuição internacional de suco de laranja a granel.	Perda de área para outras culturas.	Facilitar o acesso ao crédito para renovação de pomares e investimentos em imobilizados.
Grandes desníveis de produtividade no parque citrícola. Na safra 2009/10, 44% dos hectares com menor produtividade colheram 73 milhões de caixas com uma produtividade de 280 caixas por hectare, enquanto no restante dos hectares foram colhidas 244 milhões de caixas com uma média de 909 caixas por hectare.	Esta variação de 3,2 vezes a produtividade média por hectare entre a parcela mais produtiva e a menos produtiva da citricultura paulista gera distintas perspectivas aos produtores de frutas.	- Melhorar a capacitação técnica agronômica, executiva e de gestão de processos e custos dos citricultores. - Desenvolver linhas de financiamento customizadas para revitalização da citricultura, pesquisa e desenvolvimento, atividades de extensão para disseminação de tecnologia para produtores e mecanização.
Câmbio valorizado, aumento de doenças e pragas, escalada no preço dos insumos agrícolas, aumento do custo de mão de obra e normativas trabalhistas, aumento do custo de óleo diesel, crescimento das despesas com pedágios de rodovia.	Aumento de custos de produção de frutas, pomares das indústrias saltam de US$ 1,31 para US$ 3,96* por caixa em sete anos.	- Renovação da produção, investimento em pesquisas, fortalecimento de seguro rural, expansão da citricultura para novas áreas. - Estimular práticas de ações coletivas. - Fortalecer organização de classe dos produtores.
Grande oscilação na produção anual de laranja e suco de laranja nos cinturões citrícolas de São Paulo e da Flórida ocasiona alta volatilidade nos preços internacionais do suco de laranja e dos subprodutos.	A amplitude de preços verificada na última década para o FCOJ na Europa entre US$ 712 e US$ 2.230 por tonelada fez com que o preço médio pago pela laranja oscilasse entre US$ 2,12 e US$ 5,42 e o Índice Cepea para modalidade *spot* oscilasse entre R$ 2,32 e R$ 12,23 por caixa de laranja de 40,8 kg.	Implementação de política de recomposição de estoques, para gerar renda, e do Consecitrus para distribuir renda.

Fonte: Elaboração dos autores / *CitrusBR

mais caras, com grandes variações nas práticas agronômicas, operacionais, de aquisição e utilização de insumos agrícolas e de controle de custos.

• Finalmente, fortalecer a pesquisa para que as doenças e pragas, que vêm drenando as margens do setor, possam ser combatidas, bem como novas variedades, técnicas de cultivo e plantio para que os custos sejam menores.

Essas ações contribuirão para trazer mais recursos além dos já propiciados em 40 anos de atividade no País. Se a cadeia da laranja trouxer US$ 37 bilhões nos próximos dez anos, conforme demonstrado o potencial que o Consecitrus tem, seria um excelente resultado, propiciando mais qualidade de vida para a sociedade e desenvolvimento ao Brasil. ■

1 Professor Titular – Faculdade de Economia e Administração FEA/USP Ribeirão Preto
2 Pesquisador Markestrat e Doutorando FEA/USP São Paulo

Carne bovina

O mercado na Argentina

Bivanilda Almeida Tapias*

O MERCADO argentino de carne bovina tem atravessado, desde 2008, momentos difíceis, em razão do encarecimento do preço da matéria-prima, que, somente nos últimos 12 meses, teve alta de 100%. Contribuíram também a obrigação de atender ao mercado interno (para cada 3,5 toneladas exportadas, destina-se uma tonelada, a preços reduzidos, ao mercado doméstico) e a não reposição do estoque de gado para abate. O consumo doméstico declinou de 70 para pouco mais de 54 kg anuais/habitante em 2011. Assim, o rebanho decresceu de 54 para 47,5 milhões de cabeças – em 2008, eram aproximadamente 60 milhões –, fruto, em parte, da forte seca que se abateu sobre o país e que levou os produtores a sacrificar animais, e, por outro lado, da política oficial de intervenção nos mercados.

As exportações de carne bovina sofreram substancial redução, de janeiro a setembro de 2011, na comparação com o mesmo período de 2010 (-20%) e de 2009 (-60%). A redução do rebanho fez com que os pecuaristas retardassem o momento de enviar o gado para abate, em que a idade média que era de 20 meses passou para 30 meses. Dessa forma, reduziu-se a quantidade de cabeças abatidas dentro do padrão de excelência para a exportação. E, pela quarta vez consecutiva, a Argentina não cumprirá as 29 mil toneladas da Cota Hilton.

Os principias destinos para os cortes frescos ou congelados extra Hilton são:

Chile (26,4%), Israel (25,9%) e Rússia (20,1%), e em menor medida Alemanha e Brasil (7,3% e 6,4%, respectivamente). Somente no caso do Chile os volumes embarcados foram superiores aos do ano passado (35% anual). Deve-se destacar que este crescimento tem relação direta com o foco de febre aftosa no Paraguai, que fechou o mercado do Chile à carne paraguaia, permitindo o crescimento da participação argentina naquele país.

A crescente intervenção do governo nacional na cadeia de carne bovina, especialmente a partir de 2006, desencorajou a criação de gado. No curto prazo, literalmente, permitiu aos argentinos comerem as vacas. Entre 2007 e 2009, consumiram grandes volumes de carne de alta qualidade a preços relativamente baixos. Logicamente que, em algum momento, os consumidores descobririam as consequências disso. A situaçao real finalmente apareceu em 2010, logo após a presidente do país comemorar a chegada do ano-novo referindo-se ao recorde registrado no consumo de carne alcançado em 2009.

Depois de uma depressão de cinco anos, o setor começa a mostrar sinais tímidos de reação movida pelo mercado interno. Registrou-se, entre fevereiro e abril, o primeiro indicador positivo desde o início da crise do setor com o governo. A produção de carne bovina entre janeiro e fevereiro atingiu 423,8 mil toneladas, 7,3% a mais que no mesmo período do ano passado. Em 2010, este valor não superou as 350 mil toneladas no mesmo período. Mas ainda está longe das 547 mil toneladas produzidas em 2008 e reflete o primeiro aumento do ritmo de abates desde que os produtores locais começaram, há dezoito meses, a reter as matrizes para recompor o estoque. A seca que atingiu o país no início deste ano forçou os produtores a mandar o gado ao abate mais cedo. Entretanto, de todos os animais abatidos em fevereiro de 2012, apenas 40% eram fêmeas, o que implica na continuidade da fase de reconstituição do rebanho.

O reaquecimento do mercado ocorre no momento em que o setor frigorífico vive a maior crise de sua história no país. Das 550 unidades de 2009, estão abertas atualmente 430. As empresas têm manifestado preocupação com as dificuldades para se comercializar carne bovina, tanto no mercado interno quanto no externo. Os controles oficiais de preços estabelecidos pela Secretaria de Comércio Interior, aliados às restrições à exportação (registro de exportação, licenças especiais, análise de documentação), estariam comprometendo a rentabilidade dos frigoríficos e fazendo com que muitos operem em "marcha reduzida".

Nem mesmo a recente redução da retenção (imposto sobre exportação) de 15% para 5% sobre as exportações de processados (carne cozida usada para recheios de produtos industrializados) foi capaz de reverter os processos de fechamento de alguns frigoríficos. As exportações, que deram renome ao produto do país, continuam em queda livre, principalmente após o estabelecimento de limites individuais entre frigoríficos para a Cota Hilton. E hoje a Argentina ganha mais dinheiro com as exportações de biodiesel que com as de carne bovina. ■

Este artigo reflete a opinião da autora e não da instituição que representa.

*Adida Agrícola na Embaixada do Brasil em Buenos Aires

Cogeração

Chave para a expansão da moagem de cana

Plinio M. Nastari*

O aproveitamento integral da energia da cana-de-açúcar, pelo uso econômico dos seus resíduos, vinhaça, bagaço e palha, é hoje um elemento-chave para continuidade da expansão da capacidade de moagem de cana-de-açúcar e a ampliação da oferta de açúcar e etanol de cana. É interessante que a expansão da capacidade de moagem esteja ligada à viabilidade da cogeração, pois os mercados de açúcar e etanol continuam em expansão.

O açúcar bruto a granel produzido no Brasil continua sendo o produto preferido das refinarias independentes de açúcar.

O etanol de cana, considerado mais limpo e renovável que o de milho, está cada vez mais valorizado. Nos Estados Unidos, por meio de um sistema de premiação através dos RINs (Renewable Identification Numbers), sobrepreços são definidos pelo próprio mercado para valorizar a sua capacidade diferenciada de poupar emissões de gases causadores do efeito estufa. Atualmente, o comércio internacional de etanol está totalmente liberado em mercados que representam 80% da demanda mundial, nos Estados Unidos e no Brasil, permitindo que ocorra um saudável comércio complementar entre estes mercados, usufruindo a alíquota zero de importação em vigor no Brasil desde 2010, e nos EUA desde 2011.

Depois de quatro anos de clima adverso, com excesso de chuvas em 2009, e períodos secos durante as safras de 2010, 2011 e até a primeira metade de 2012, o setor caminha para mais uma safra de cana em que a oferta ainda será contida. A provável moagem a ser realizada na safra 2012/13 deverá se situar entre 120 e 130 milhões de toneladas abaixo da capacidade instalada de moagem, estimada em cerca de 700 milhões de toneladas. Com esta diferença entre a oferta de cana e a capacidade instalada, poder-se-ia imaginar que a expansão da capacidade de moagem fosse uma preocupação longínqua – mas não deve ser. Esta capacidade excedente deve ser utilizada, se não totalmente, pelo menos em nível próximo ao efetivo pleno uso, em três ou no máximo quatro anos. Este é o prazo para instalação de novas usinas, ou de nova capacidade. Mas não se observa, ainda, um ressurgimento no interesse pela instalação de novas usinas. Isso significa que, dentro de três ou quatro anos, não haverá capacidade instalada suficiente.

Um dos motivos que explicam a atual falta de interesse pela expansão da capacidade de moagem é o fato da cogeração a partir de resíduos de cana não estar sendo valorizada como deveria, ou como já foi no passado recente. A alternativa à cogeração realizada em usinas próximas à conexão com a rede de distribuição de energia é a produção de etanol de celulose, utilizando enzimas para a transformação da celulose em açúcares fermentecíveis. Mas esta é uma alternativa que começa agora a se difundir.

A expansão da capacidade de moagem se dá necessariamente em localidades mais distantes dos portos, em regiões de expansão. Por razões de logística, nestas regiões é mais fácil viabilizar economicamente a produção de etanol que a de açúcar. Mas o resultado gerado pela produção de etanol é complementado com a renda gerada pela cogeração. Sem a cogeração, um dos eixos de sustentação da atividade fica faltando.

A cogeração a partir de resíduos de cana deveria ser incentivada, e, se as suas vantagens peculiares fossem devidamente valorizadas, a sua expansão estaria ajudando a viabilizar a expansão da capacidade de produção de etanol.

A vantagem da cogeração é a sua complementariedade com a geração de base hidroelétrica, por conta da sua sazonalidade. A sua geração ocorre principalmente nos meses de inverno, quando a cana é cohida, que são os meses secos em que as hidroelétricas operam em regime de baixa, e quando é fundamental poupar água dos reservatórios. A energia de cogeração a partir de bagaço e palha é energia firme, que é gerada próxima a polos de consumo, com menores custos de investimento e perdas de transmissão. Mas, aparentemente, não se conseguiu ainda no Brasil criar um sistema que permita a internalização no preço da energia de cogeração de suas inúmeras vantagens para o sistema interligado de geração elétrica.

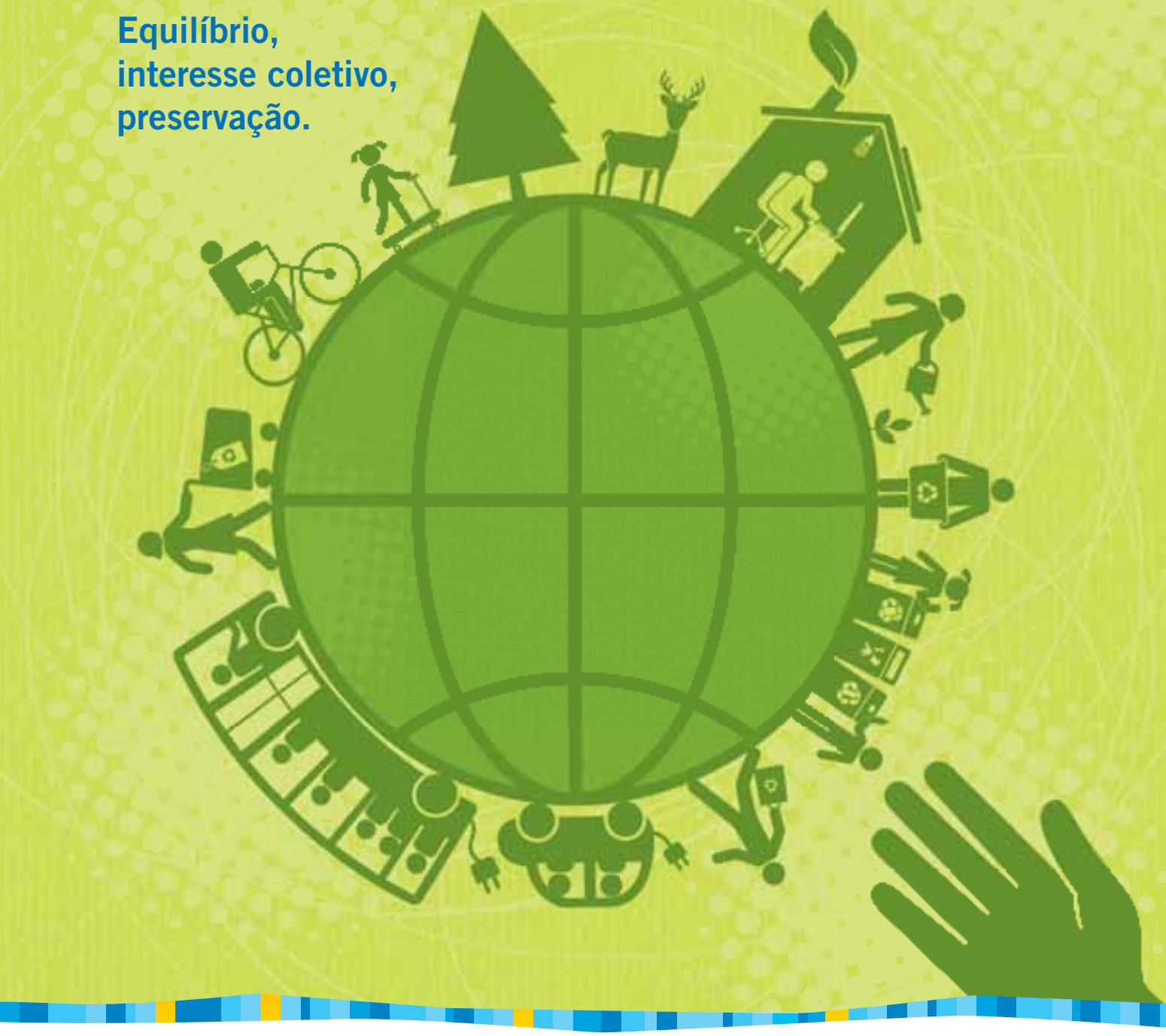
As vantagens da cogeração precisam ser corretamente quantificadas para que não seja perdida a oportunidade de expansão adicional da capacidade de moagem. O retorno da viabilidade econômica da cogeração é elemento fundamental de viabilização de novos projetos de instalação de novas usinas, os *greenfields*.

Não reconhecer estas vantagens resultará em um futuro com mais energia térmica gerada a partir de combustíveis fósseis como o óleo diesel, o óleo combustível e o gás natural. Significará um retrocesso à enorme conquista brasileira de ter atingido um percentual elevado de renovabilidade em sua base de geração elétrica. E de forma interessante, mas absolutamente real, como consequência adicional um atraso na expansão da capacidade de moagem de cana, o que pode reduzir o grau de utilização de etanol em nosso mix de combustíveis no futuro. ■

*Mestre e doutor em Economia Agrícola e presidente da Datagro Consultoria

www.brasilcooperativo.coop.br

Equilíbrio, interesse coletivo, preservação.



Você pode até pensar que nós estamos falando de responsabilidade socioambiental. Tudo bem. Afinal, você já deve ter visto vários anúncios sobre o assunto. Mas, na verdade, estamos falando de **cooperativismo**, movimento que gera qualidade de vida para milhões de pessoas. E isso de maneira equilibrada, priorizando o interesse da comunidade e com respeito ao meio ambiente. Viu só? Cooperativismo e responsabilidade socioambiental têm muito mais em comum do que você poderia imaginar. Por isso, seguem juntos.

SistemaOCB
CNCOOP - OCB - SESCOOP

Rio+20

Não houve avanço

Felippe Serigati*

ENTRE OS dias 13 e 22 de junho, a cidade do Rio de Janeiro abrigou a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (UNCSD), que ficou mais conhecida como Rio+20. Este evento ganhou tal nome em celebração ao 20º aniversário da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Unced), que também foi realizada no Rio de Janeiro em 1992 e que ficou conhecida como Eco-92.

Para alguns, a Rio+20 era a mais importante conferência já realizada pelas Nações Unidas. Para outros, era nada além de mais um conjunto de reuniões nas quais muito se discute e nada é decidido. Ao final do evento, ficou a sensação de que o último grupo estava com a razão devido à falta de entusiasmo com relação aos avanços obtidos. Até mesmo o secretário-geral das Nações Unidas, o sul-coreano Ban Ki-moon, classificou o resultado final do encontro como pouco ambicioso.

Principais entraves

Embora a complexidade e a abrangência do temas debatidos, que misturavam economia, meio ambiente e questões sociais, tenham sido os principais obstáculos para a construção de consensos, alguns pontos deixaram mais claras as divergências entre as delegações presentes:

1 - Não houve consenso a respeito de quem financiará o desenvolvimento sustentável. Países ricos, que estão passando por problemas econômicos, se recusaram a enviar ainda mais dinheiro para organismos multilaterais ou a capitalizar a maior parte de um fundo para financiar projetos "verdes".

2 - De outro lado, os países emergentes não aceitaram exigências mais restritas quanto às suas metas de preservação e à redução de emissões. A posição destes países de "crescer primeiro e ficar verde depois" também foi bastante criticada pelos ambientalistas;

3 - Por sua vez, os países pobres rejeitaram alguns princípios da chamada economia verde, sob a justificativa de que isso poderia representar barreiras comerciais não tarifárias (também chamadas de ecoprotecionismo) e favorecer somente aqueles que já detinham as tecnologias que podem ser classificadas como "verdes";

4 - Criação de um órgão ambiental multilateral que tenha poder regulatório. A União Europeia (UE) e o Brasil defenderam a criação da Organização Mundial do Ambiente, porém, países como EUA, Rússia, China e Índia recusaram-se a se submeter a um conjunto de regras externas regulando atividades ambientais.

Ao final da conferência, devido à falta de consenso, sobrou ao Brasil apenas duas opções, ambas desagradáveis:

a) encerrar o evento sem um documento final, tal qual aconteceu em Copenhague, durante a Conferência das Partes da ONU (COP-15), o que seria um fracasso ainda maior; ou

b) apresentar um documento de intenções, mas não de compromissos, livre dos pontos mais polêmicos e que, consequentemente, seria aprovado por todas as delegações.

A diplomacia brasileira escolheu esta última opção, divulgando o documento *O futuro que queremos*, pois garantiria ao menos que os acordos celebrados na Eco-92 fossem mantidos e que novas discussões sejam realizadas. ■

Rio+20: principais resultados

Apesar da forma desanimada com que a Rio+20 encerrou seus trabalhos, alguns pontos positivos foram obtidos. Entre eles, merecem destaque:

1 - Foi mantido o princípio de responsabilidades comuns, porém, diferenciadas, no qual países que mais se beneficiaram historicamente com a emissão de poluição sejam os que tenham de arcar com a maior fração das despesas relativas à preservação. Os países desenvolvidos querem que as nações emergentes, com especial destaque para o grupo dos Brics, aumentem sua participação neste rateio;

2 - Os governos se comprometeram a dar prosseguimento a um programa de mudança nos padrões de produção e consumo. Esta proposta já tinha sido rejeitada pela Assembleia-Geral das Nações Unidas, mas na Rio+20 o documento avançou e foi aprovado pelos países participantes;

3 - Também houve o compromisso de organizar novos encontros e reuniões para estabelecer Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que tracem metas quantitativas para energia, água, cidades e oceanos, tais quais as oito metas do milênio;

4 - Apesar da recusa dos países desenvolvidos de capitalizar um fundo para financiar projetos sustentáveis, foi acertado o compromisso de criação pela ONU de um comitê com 30 países que deverá discutir e apresentar um modelo de arquitetura financeira para a defesa da Terra;

5 - Por fim, de acordo com o governo brasileiro, a aceitação por parte das delegações de que a erradicação da pobreza é um "princípio indissolúvel" para o desenvolvimento sustentável também foi um dos grandes avanços obtidos.

*Doutorando em economia pela FGV/EESP e pesquisador visitante da UC Berkeley (felippeserigati@gmail.com)

Sistema Mecanizado para Pecuária John Deere.

A solução completa para a qualidade da alimentação do seu rebanho.

oxi COMUNICAÇÃO





Tratores
55 cv até 560 cv.



Carregadora Frontal
As Carregadoras Frontais estão disponíveis em 4 modelos, dependendo da aplicação e tamanho do trator: 553, 563, 673 e 741.



Forrageira Autopropelida John Deere 7350
480 cv, plataforma de 6 metros de largura (8 linhas) e transmissão hidrostática com 3 velocidades.



Segadora Condicionadora John Deere 630
Largura de corte de 3 metros, 6 discos rotativos e 2 facas em cada.



Enfardadora Cilíndrica 568
Tamanho do fardo: diâmetro de 813 a 1.829 mm, largura de 1.565 mm e peso máximo de 1.100 kg.



Gator XUV 855D
4x4, diesel.



Gator TH 6x4
6x4, diesel.

JOHN DEERE
175
DESDE 1837

JOHN DEERE

JohnDeere.com.br



TIAGO TAMIOZZO

23º Fórum Abag

Integração Lavoura, Pecuária e Floresta (ILPF)

Cerimônia de abertura

Luiz Lourenço[1]



Acreditamos no potencial das áreas degradadas de pastagem. Existe a história do monge e de seu discípulo em uma região muito pobre. Quando o monge perguntou como conseguia sobreviver naquela penúria, o cidadão apontou uma vaca que servia para alimentar a família. Empurrada pelo monge para o precipício, a vaca morreu. O discípulo achou aquela atitude uma crueldade.

Passado um tempo, ao voltar para aquela localidade, o discípulo encontrou uma prosperidade. Surpreso, ele perguntou o que aconteceu. A resposta foi que, após a morte da vaca, o pessoal precisou mudar. É isso que pensamos sobre este evento.

Luiz Carlos Corrêa Carvalho[2]



Discutiremos como expandir e viabilizar a tecnologia da Integração Lavoura, Pecuária e Floresta (ILPF), desenvolvida pela Embrapa com uma série de agentes privados. Estamos no ano do cooperativismo e da realização da Rio+20. O momento é de uma acelerada urgência para reduzir emissões dos gases do efeito estufa. A agricultura é alvo de críticas que nem sempre têm o objetivo específico de levar o Brasil a uma posição para atender às demandas globais por alimento e energia renovável.

Temos, como pano de fundo, o arenito do Paraná, uma região frágil, mas de grande potencial. Por isso, a história do sistema do plantio direto precisa ser valorizada cada vez mais. Os velhos malthusianos aproveitam as recaídas do tempo e atacam a

incapacidade da agricultura de gerar alimentos de forma sustentável. Na Abag, a nossa preocupação é trabalhar as informações para a mídia transmitir a importância do agronegócio. Precisamos agregar valor às *commodities* agrícolas via agroindústria e mostrar as práticas sustentáveis da agricultura tropical.

Norberto Ortigara[3]



O quadro técnico do Estado do Paraná pode ser considerado deprimente: mais de cinco milhões de hectares de pastagem sem tirar mais de 0,5 carcaça/ano de cada hectare. Então, temos essa proposta inteligente de conciliar conservação de solos, cultivo de grãos com pastagem e plantio de árvores.

Sentimos a falta de um conjunto maior de profissionais para dar uma atenção mais qualificada e acompanhar as intervenções. A pegada precisa ser forte, em termos de uso de larga escala, articulação das entidades e apoio financeiro, para transformar o noroeste do Paraná em uma verdadeira fábrica de comida.

Temos conhecimento acumulado e agricultor mais preparado em comparação com as gerações passadas. Na pecuária, o nível não é o mesmo. Perdemos capacidade técnica para ajudar a produção a fazer a coisa de forma adequada. Estamos com disposição total para realizarmos uma grande aliança e montarmos intervenção positiva, de modo a transformar os mais de cem municípios do arenito em uma realidade nova e mais eficiente.

Maria Iraclézia de Araújo[4]



É uma oportunidade realizar este fórum relevante na 40ª Expoingá. Possuímos um compromisso muito especial com o setor produtivo deste País. O Estado do Paraná e o município de Maringá podem contar com cooperativas para fazer um trabalho diferenciado em relação ao País. Portanto, quero dar as boas-vindas e dizer da nossa positiva receptividade para iniciativas como essa.

1 Presidente da Cocamar
2 Presidente da Abag
3 Secretário da Agricultura do Estado do Paraná
4 Presidente da Sociedade Rural de Maringá

Painel 1 - Fazenda Santa Brígida

João Klutchcouscki*



Falaremos do estudo de caso da Fazenda Santa Brígida, situada em Goiás, com a Integração Lavoura, Pecuária e Floresta, que será a maior das revoluções verdes no mundo tropical, voltada para solos outrora considerados inaptos para a produção agropecuária.

O crescimento da produtividade das pastagens é significativo a partir de 1975. Tivemos suplementos minerais, silagens, capineiras, fenos, melhoramento genético e outras evoluções tecnológicas. Podemos avançar ainda mais.

Na Fazenda Santa Brígida, como ocorre em boa parte do Cerrado, o solo é lato solo vermelho-escuro, ácido e de baixa fertilidade, com boa drenagem e argilo-arenoso. A distribuição de chuva é sazonal, com precipitação de outubro até abril e seca entre maio e setembro. A propriedade possui pouco menos de mil hectares, com Área de Preservação Permanente (APP), Reserva Legal (RL), pastagem, culturas anuais e florestas.

Brasil: Situação da Pecuária

Especificação	Números
Área total - ha	350.000.000
Lavoura permanente – ha	6.451.351
Lavoura temporária – ha	55.887.964
Pastagem – ha	172.333.073
Rebanho bovino – cabeças	169.900.049
Pastagem degradada – ha	60%
Lotação – cabeça/ha	0,98

Fonte: Censo/IBGE/2006

Em 2006, a situação era dramática em termos do estado das máquinas e das pastagens. A proprietária, Marize Porto Costa, procurou ajuda com Homero Aidar, na Embrapa. Fizemos um contrato de comodato entre a John Deere e a Embrapa para começar os trabalhos. Como a proposta de trabalho fugia da realidade convencional, a aprovação do financiamento demorou. Havia muitos questionamentos sobre a viabilidade técnica do projeto.

Começamos com uma área de 250 hectares no primeiro ano. Aplicamos os sistemas: Barreirão na correção do solo e na pastagem degradada; e Santa Fé para dar continuidade sustentável com sucessão soja/pastagem e rotação lavoura/pastagem.

Entre 2008 e 2009, iniciamos a implantação de florestas. Procuramos a lucratividade e o sombreamento para o bem-estar animal. No ano passado, introduzimos leguminosas para melhorar a qualidade das pastagens, chamado de Sistema Santa Brígida. O gado consome a leguminosa nas águas e na seca, com mais proteína e fixação do nitrogênio. O milho é acompanhado pela braquiária.

Em seis anos, em até 40 centímetros de solos cresceram os teores de potássio e da saturação das bases, bem como de fósforo e matéria orgânica. Em cada hectare, a fixação do carbono bate 100 quilos por dia. A produtividade passou de 40 sacos para 58 sacos na soja, enquanto no milho foi de 80 sacos para 180 sacos. A lotação animal evolui de um para mais de dois. A produção de arrobas por hectare foi de duas para 16. A idade de abate caiu de quatro para três anos, e a emissão de metano reduziu em 25% por quilo de carne produzida.

O potencial para a criação bovina é de oito mil bois. Existe uma estrutura herdada de confinamento que aproveitamos para conseguir eficiência máxima. Acabaremos com a engorda do gado a pasto. Aquele término pequeno de duas a três arrobas pode ser feito em confinamento. O uso de sal de acordo com o estado da pastagem diminui o custo de produção.

A preocupação em fazer silagem dá mais eficiência para o sistema. Existe a soja precoce colhida em fevereiro, além da safra de milho com braquiária no pé, implantada para dois propósitos: se chover, colhe-se grão; se não chover, produz silo. A silagem custa R$ 100,00 a tonelada. O grão de milho também está bom de preço.

Como a braquiária está no pé de milho, possivelmente trabalharemos com quatro cabeças por hectare, com ganho de 300 gramas de peso vivo por cabeça/dia. Passaremos o lucro de R$ 1.500,00, por hectare de soja, para uns R$ 4.000,00. Tudo isso com melhor ambiente produtivo. No sistema de ILPF ocorrem nove colheitas em seis anos. A madeira, com baixo risco, tem valor agregado fantástico.

O número de funcionários diretos de 2006 para cá cresceu de quatro para 14. Recebemos a visita de autoridades respeitáveis. Atingimos a recuperação das áreas degradadas, manutenção de pasto produtivo e redução de impacto ao meio ambiente. No herbicida, não utilizamos em milho, e na soja a quantidade reduziu. Imaginem uma Fazenda Santa Brígida.

*Pesquisador da Embrapa

Painel 2 - Produção com sustentabilidade

Sérgio José Alves*



Quando falávamos sobre a integração lavoura-pecuária, surgiam as dúvidas. Para a pastagem degradada, só se falava em preparação do solo. Eram tempos difíceis. Temos uma realidade díspar no Paraná, como a pastagem de inverno, pró-soja, em julho, junto com a pastagem degradada. Experimentos de 2002 já mostravam a diferença brutal entre o plantio direto e o convencional.

O sistema conservacionista é uma produção com sustentabilidade, fruto de mais de 30 anos de pesquisa em melhoramento genético, plantio direto e práticas culturais, dentre outros. Para a soja, a produtividade ótima era de 80 sacas por alqueire, contra a atual de 60 sacas por hectare.

Com 100 mil hectares no Brasil, o primeiro livro sobre plantio direto foi feito pela pesquisa em 1981. Sem maquinário, era difícil plantar e controlar o mato. Tínhamos os experimentos do Iapar na propriedade de Herbert Bartz.

Começamos a trabalhar a integração lavoura-pecuária como alternativa de diversificação e aumento de sustentabilidade. Buscávamos uma opção de inverno fora do milho safrinha e trigo. Introduzimos pasto de inverno, com braquiária em pós-soja no arenito.

Nas áreas pastejadas no período de inverno e semeada com soja, entramos com bezerros de sete meses, que chegavam a 400 quilos com 14 meses de idade. Montamos sistemas mais intensivos por hectare: no inverno, 2,5 UAs, e no verão, pelo menos, 8,0 UAs por hectare. Produzíamos no verão de 60 a 70 sacos de soja por hectare e abatíamos animais de menos de dois anos de idade. Ganhamos o Prêmio Internacional de Produtividade: em 12 hectares de terra, produzimos 550 sacos de soja e mais 36 bois em 12 hectares.

Acompanhamos a pastagem degradada em plantio direto desde o primeiro ano. Passamos escarificador só no lugar onde havia o sulco de erosão. Em fevereiro, preparamos a área para plantar a soja em outubro do outro ano. Nas áreas problemáticas, fizemos plantio direto de nabo com aveia. Onde havia sulco de erosão, perdia-se soja, bem melhor que perder solo.

Trabalhamos com vegetação das curvas de nível, com a colocação da palha e o plantio direto da soja. Usamos a



TIAGO TAMIOZZO

oleaginosa na reforma de pastagem. Nas áreas declivosas, formamos pastagens com aplicação de adubo e herbicida.

Nas pastagens degradadas, a introdução da soja quebra o ciclo de pragas e controla o mato. O sistema muda. A área dessecada para plantio direto na palha conserva a umidade, evita o mato e aumenta a matéria orgânica no solo. Sabemos também da relação direta entre o teor de matéria orgânica do solo com a produtividade de soja.

Não é fácil produzir soja no arenito do Paraná. A sua pluviometria é irregular a cada ano. Mesmo assim, a integração lavoura-pecuária permite lucro, com a engorda de boi com menos de dois anos. O preço da terra lá é bem mais baixo. Se a produtividade da soja varia de 26 a 60 sacas por hectare, a média, 46 sacas, dá bom resultado.

Alguns casos da integração no arenito são verdadeiros confinamentos de pasto a céu aberto. O Iapar desenvolveu a raça purunã. Os produtores compram animais com dois anos de idade, de 480 a 500 quilos de peso, para servirem no futuro como touros para reprodução. Há mais de dez anos, abatemos animais entre 18 e 24 meses de idade, com lotação três vezes maior. Esse modelo no arenito significa produzir muito de carne e de grão na mesma área e com sustentabilidade.

Com mais de 12 anos de pesquisa, o Iapar preconiza um modelo com dois cultivos de soja seguidos para desenfestar a área, seguidos de mais 30 meses de pastagem e mais dois anos de soja. Esse modelo permite pastos limpos e produtivos no verão, junto com pastagem de inverno de alta produção animal.

No Paraná, a integração lavoura-pecuária representa mais de 300 mil hectares, com impacto de R$ 500 milhões. Precisamos fazer pesquisa focada na resolução de problemas e levar para o campo. Para cada área da fazenda pode ser que haja uma melhor tecnologia sustentável para usar bem. Contamos com a formação de novos pioneiros para a nova revolução agrícola a partir da integração lavoura-pecuária.

*Pesquisador científico do Iapar

Painel 3 - Mudar o cenário

Antonio Cesar Pacheco Formighieri*



Na região noroeste, existem paradigmas fortes enraizados na cultura do agricultor: a falta de chuva e a exploração apenas de cana, mandioca e gado. Na época de inverno, o pouco ganho de peso obtido pelo animal no verão é perdido. E dá origem ao famoso boi sanfona, que engorda e emagrece, com abate acima de quatro anos. A reforma de pastagem segue o sistema de gradear, nivelar e lançar a semente. Pouco se usa calcário, e a adubação não possui critério. Falta manejo. A cultura é mais pecuarista.

Pobre e frágil, o solo no arenito não é indicado para a soja e o milho. A sua recuperação é tida como cara e ineficiente. Como vai para as camadas mais profundas, o potássio, por exemplo, não consegue ser absorvido pelas raízes. Mas, com o surgimento da braquiária, de raízes profundas, os nutrientes são absorvidos. Quanto ao regime pluviométrico, Umuarama e Londrina são praticamente iguais, com 1.800 milímetros por ano.

Para mudar esse cenário, a base está na interpelação das atividades no solo com os animais, as plantas e o ambiente. Com pastagem de boa qualidade, teremos animais para serem abatidos com menos de dois anos. Mas, para ganhar 800 gramas por dia, o bovino consome 40 quilos de matéria verde.

O sistema ILP é a forma mais eficiente de recuperar os solos degradados no arenito. O plantio de soja no verão é fundamental, pois, como leguminosa, fixa o nitrogênio no solo e é uma ótima opção para a rotação de cultura. Além disso, oferece rentabilidade e estabilidade de produção. Na região do arenito, o desafio é chegar a 160 e 180 sacas de soja por alqueire.

Conseguimos algumas vitórias. A mudança do zoneamento permitiu a antecipação do plantio em 45 dias, com ganho de

tempo. Fizemos trabalhos com lançamento por avião de sementes de capim 30 dias antes da colheita da soja, em fase do enchimento do grão. O capim piatã tem substituído o mombaça por facilitar o plantio direto e a dessecação por herbicidas.

Assumimos a propriedade em 2000. Da área, plantamos 50% com agricultura e 50% com capim. A atividade de intercalação é mais complicada na época de inverno, mas, no verão, é fácil de executar. Ficamos 30 meses com pastagem e entramos com soja. Depois, com o solo recuperado, as pastagens exuberantes, de alta produtividade, rentabilidade e sustentabilidade.

*Produtor rural

Painel 4 - A ordem é reciclar

Frank Dijkstra*



Começamos o plantio direto para resolver os problemas nos campos frágeis no sul do Paraná. Trabalhamos em equipe. Contratamos na Holanda um extensionista com pós-graduação em plantio direto nos Estados Unidos e fizemos convênio com a Embrapa e o Iapar.

A questão é o que devemos fazer para um futuro mais duradouro, de como alimentar a próxima geração, diante das reservas naturais esgotáveis, do crescimento demográfico, da disponibilidade de terra e água potável.

Quando se olha o crescimento demográfico, perguntamos: onde está o limite? Para colocar na produção, contamos com 3,2 bilhões de hectares. A disponibilidade de terra *per capita* é de 0,2 hectare. Nas reservas minerais esgotáveis: para o fósforo, é de 100 anos, e o potássio, 300 anos. Então, devemos pensar em reciclar. A água está cada vez mais poluída e profunda (no Sudão, chega a 600 metros). Para produzir um quilo de cereal, consomem-se 1.000 litros de água.

O plantio direto abriu o horizonte, em termos de umidade, fertilidade e matéria orgânica para a preservação da terra. Isso melhorou a qualidade da água. Com um litro de combustível, produzem-se 50 quilos de grãos no sistema convencional, enquanto no plantio direto é praticamente o dobro, além de melhor aproveitamento de potássio (20%) e de fósforo (60%).

O sistema incrementa a produção anual com duas culturas, sendo que, em parte da área, podemos até fazer três safras. Com gado de leite no pasto, conseguimos 12 mil litros por hectare, enquanto no cocho chegamos a 50 mil litros de leite por hectare.

A produção com maior escala viabiliza o tratamento dos dejetos de porco e de gado, que são misturados e separados. O material líquido vai para o biodigestor (produção de energia limpa) e para o campo (uso como biofertilizante, rico em minerais e matéria orgânica). A parte sólida vai para compostagem nas aplicações mais distantes.

O homem é o começo, o meio e o fim. A capacitação dos envolvidos e familiares é fundamental. A participação nos resultados motiva e compromete. Cada colaborador no campo gera, na industrialização, de três até cinco empregos. Crescemos sem tomar espaço, mas criando espaço para outros participarem com serviços terceirizados.

A produção tecnificada cresce na agropecuária brasileira. Temos muitos exemplos. Falta ainda conscientização ao público urbano. Não é só mudar o lixo e a água de lugar, mas dar destino útil e apropriado, com reciclagem. Os equipamentos separam 100% do lixo, outros separam 80% com mão de obra.

Então, tudo foi criado para o sustento e a responsabilidade do homem. Deus nos deu a sabedoria, para alongar os nossos dias nesta terra, e espera que nós a usemos. O homem do século passado, de caçador para extrativista, evoluiu para atender à crescente demanda de alimentos do mundo. E as atitudes tomadas em prol do bem comum se revelam nas flores do amanhã.

*Ex-Presidente da Federação Brasileira de Plantio Direto na Palha



TIAGO TAMIOZZO

Painel 5 - Benefícios do plantio direto

Herbert Bartz*



Na colonização no norte do Paraná, como cultura predominante, o café trouxe riqueza. Tivemos a derrubada do mato, condenada pelos ambientalistas, que exigem água limpa na torneira e o direito de puxarem a descarga; o resto deve ser com o prefeito.

Na realidade, a sujeira no ar, o CO_2, foi uma condição fantástica para o sequestro de carbono virar matéria orgânica para a solução do solo e, de repente, o fundamento da sustentabilidade: um processo quase milagroso. Vemos o sinal de erosão no fim dos anos 60 quando era absolutamente normal plantar uma, duas e três vezes. O agricultor, igual a um carneiro, com uma paciência incrível, achava normal plantar e gradear.

Tive uma experiência traumática em 1971. No meio de uma noite com muita chuva, fui para o meio da lavoura. Estava equipado com uma lâmpada de querosene. Com guarda-chuva, assistia à água arrastar a terra. Fiquei em estado de absoluto desespero: outra chuva assim, deixaria de ser agricultor. Foi então o nascimento para achar uma solução para esse problema da erosão. Esse era o real motivo para mim, o Frank e o Nonô Pereira.

Recebi a visita dos japoneses de Mauá da Serra, em 1974. Eles apreciaram a propriedade, conversaram e não perguntaram nada. Escutaram e voltaram para a casa. Foram os mais eficientes e atenciosos visitantes. No correr dos anos, Mauá da Serra virou uma vitrine do plantio direto. É um *tecnoshow*, em conjunto com a cultura, disciplina e a tradição dos japoneses.

Naquele tempo, tentamos o terraceamento. Mas a chuva arrebenta a curva mais em cima, a segunda não aguenta, e o desastre ocorre. O sistema convencional não permite a água penetrar no solo. No plantio direto existem a cobertura e o sistema radicular bem desenvolvido. O solo vira um tipo de esponja, com efeito de realimentar as camadas de água, que são a fonte de poços de minas.

Em 1972, em outubro, recebi uma plantadeira comprada nos Estados Unidos. Para pagar a máquina e as prestações da minha viagem para a Inglaterra e os Estados Unidos, tinha uma colheita de trigo para esperar. Apliquei mil quilos de adubo para conseguir resultado pouco além do comum. Havia uma variedade nova, chamada Londrina, que deveria responder à adubação com produção de 3.000 a 3.500 quilos por hectare. Numa noite de geada, em 15 de julho de 72, o trigo foi embora. Sem seguro, sobrou só a dívida no banco.

Felizmente, tive o favor do destino de ter achado companheiros como o Nonô e o Frank. Somamos esforços e fundamos o Clube da Minhoca, em Ponta Grossa. A pesquisa, que olhava o plantio direto com dúvida, virou o suporte científico.



TIAGO TAMIOZZO

Recebi a visita de personalidades como Norman Borlaug, em 1975, que convidamos em 2000, quando nos impressionou pela coragem de falar: "A maior revolução do final do milênio foi o plantio direto, e a segunda é o advento dos organismos geneticamente modificados".

Em 2008, na Conferência do Clima em Copenhague, o presidente Lula falou: "O Brasil alcançou 30 milhões de hectares de plantio direto". E, na realidade, ninguém tem como negar, foi o que aconteceu nesse tempo. Pesquisadores mostram que a produção de soja e milho em rotação de cultura, com boas práticas agrícolas, gera ou sequestra tanto carbono quanto um bioma natural. A agricultura tem crédito com a sociedade pelos serviços já realizados. O plantio direto foi a solução para a represa de Itaipu não ser assoreada em 70 anos por causa da erosão.

*Presidente da Federação Brasileira de Plantio Direto na Palha

Painel 6 - Expandir o Programa ABC

Osmar Dias*



De 1990 até 2011, em termos nacionais de grão, a produção cresceu 180%, para uma expansão na área plantada de 31%. Se mantivéssemos a produtividade de 1990, para produzir a mesma quantidade de 2011, precisaríamos de 106 milhões de hectares. Como plantamos em 49,5 milhões de hectares, a diferença é a área que teríamos de ter desmatado a mais.

O presidente Lula, em Copenhague, assinou tratado para reduzir em 37,1% a emissão de gases do efeito estufa até 2020, com a criação de metas de 4,0 milhões de hectares para ILPF no Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC).

Com uma participação de 63,7% no mercado, a carteira de agronegócio do Banco do Brasil faz esforços para desenvolver o Programa ABC. Conhecemos uma propriedade-modelo em Goiás, a Fazenda Santa Brígida, e visitamos outras unidades. Constatamos o resultado do projeto e começamos a financiar, pois precisávamos levar essa tecnologia para o campo. Procuramos as cooperativas para treinar os técnicos.



TIAGO TAMIOZZO

Estamos com R$ 700 milhões de aplicação no ABC. Saímos do zero em agosto do ano passado e devemos atingir R$ 850 milhões em junho. Fizemos a regulamentação do Programa ILPF. Criamos até seguro para o milho plantado com a braquiária.

Temos propostas para o crédito e o seguro rural no Conselho Monetário Nacional. A redução da taxa de juros é uma delas. Teremos novidades para o Plano Safra da Agricultura e Pecuária de 2012/13, a partir de 1º de julho.

Queremos operar o crédito automático renovável. Ao invés de o agricultor a cada ano renovar o cadastro, pagar registro de cartório e outras burocracias, aprovamos um limite para cinco anos. Estudamos com afinco os modelos de seguro dos Estados Unidos, da Espanha, do México e de outros países. Essa política dá tranquilidade para o tomador e o financiador do crédito.

Quando se fala em Código Florestal no Brasil, devíamos falar em Código Ambiental. Temos de envolver a responsabilidade do poder público de investir em saneamento. Vemos o rio podre, e o produtor fica como único responsável.

O Código precisa atender à necessidade de preservar e não poluir os rios cercados de matas ciliares verdes quando atravessam as propriedades. O pagamento por serviços ambientais deve ficar mais claro: quem preserva uma mina d'água garante o abastecimento dos produtores abaixo.

Sou e continuarei produtor rural. Tenho orgulho de estar na vice-presidência do Banco do Brasil. É uma instituição com 203 anos, com uma história escrita junto com a agricultura brasileira. Trata-se de um agente financeiro público, com papel social para ser cumprido quando falamos na agricultura sustentável.

*Vice-presidente de Agronegócio e Micro e Pequenas Empresas do Banco do Brasil

Painel 7 - Rede de fomento

Paulo Herrmann*



Dificilmente conseguiremos reunir tantas pessoas importantes, com papel tão importante no desenvolvimento da agricultura em clima tropical. Acabamos de criar a chamada rede de fomento com participação da Embrapa e de mais três empresas: a Cocamar, a John Deere e a Syngenta. O objetivo é acelerar o processo de difusão da ILPF, desenvolvida ao longo dos últimos anos, mas com espaço ainda para acrescentar.

Entendemos também a necessidade de revisão de vários paradigmas do atual sistema de produção agrícola, tais como:

1. Legislação trabalhista: política de compensação, tipo banco de horas, os ciclos das boas práticas agronômicas, sem pautar pelo calendário urbano;

2. Gestão: participação de resultados, planos de cargos e salários, processos de qualidade total, tarefas multifuncionais, *softwares* para avaliar as atividades da ILPF;

3. Ensino: grades nas escolas de economia, administração, ciências agrárias;

4. Extensão: consultoria e extensão rural, com créditos para qualificação profissional;

5. Crédito rural: rotativo para investimento e o custeio agrícola da ILPF, em substituição ao tradicional por produto ou linhas;

6. Agregação de valor: certificações e selos. ■

*Diretor da John Deere



D/Araújo

RESISTENTE
A PRODUTOS QUÍMICOS,
CHOQUES TÉRMICOS E,
PRINCIPALMENTE,
À COMPARAÇÃO
COM OUTRAS MARCAS.

Linha Industrial KeraFloor Gail. Mais durabilidade e qualidade.

A indústria requer um piso forte e resistente. Por isso, a Gail investiu muito em tecnologia e pesquisa para desenvolver uma cerâmica anticorrosiva e resistente a ácidos e diversos reagentes químicos. Só a Gail tem a solução completa, com maior mix de peças, rejuntes e argamassas anticorrosivas, ideais para cada fase da produção. Além disso, este piso possui característica antiderrapante e é fácil de limpar. Na hora de escolher a sua cerâmica, escolha quem tem mais de 200 anos de tradição.





GAIL
DESAFIE SUAS IDEIAS

Formatos (cm): 24x11,6 - 11,6x11,6 - 24x5,4 - 18x18 - 24x24 - 30x18 - 30x30 - Espessuras (mm): 8 - 9 - 12 - 14 - 17 - 22

ESCOLHA A ORIGINAL

www.gail.com.br
(11) 2423.2626



APROSOJA

Especial Aprosoja

Pavimentando os caminhos para o desenvolvimento sustentável

Carlos Fávaro

Seis meses já se passaram desde que assumi a presidência da Aprosoja, junto com a nova diretoria. Do dia 12 de dezembro, quando durante o jantar recebi a honra de presidir a maior associação de produtores de soja do Brasil, foram mais de 180 dias de muito trabalho com os produtores, ajudando com projetos e instrumentos desde a hora da colheita ao momento do planejamento da próxima safra. O momento agora é de pensar no futuro. E é assim que temos trabalhado. Pensando no futuro. No entanto, sempre pensando no que podemos ter de melhor neste futuro.

É por isso que não paramos um minuto. Desde o começo do ano, acompanhamos os debates da Câmara Federal na expectativa da aprovação do novo Código Florestal. Fizemos isso, porque entendemos que precisamos de uma legislação atualizada, que dê segurança jurídica ao produtor e que permita ao Brasil se desenvolver de maneira sustentável. Depois de aprovado o texto no Congresso, esperamos atentamente a decisão da presidente Dilma Rousseff para saber se ela sancionaria ou não a nova lei. A sanção veio, mas, junto com ela, vieram 12 vetos e mudanças no texto que foi aprovado pelos deputados semanas antes. A Aprosoja então, mais uma vez, se mobilizou, uniu forças com as outras entidades do sistema produtivo de Mato Grosso – Famato, Ampa, Acrimat –, fez propostas de emendas e encaminhou à Frente Parlamentar Agropecuária em Brasília, nossa voz dentro do Congresso.

Enquanto esperávamos pelos trâmites do Código, no início de maio, recebemos a notícia de que tivemos uma vitória histórica: o Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região deu ganho de causa ao Recurso de Apelação da Aprosoja, que questionava a constitucionalidade da cobrança do Fundo de Assistência ao Produtor Rural (Funrural), e ainda atendeu ao nosso pedido de restituição dos valores pagos a partir de 2005. A Aprosoja já vinha lutando por esta decisão há alguns anos. E a vitória não é só do produtor, mas de toda a sociedade, uma vez que, sem a cobrança, o valor ficará com os produtores e

deverá circular em nossas cidades, fomentando a economia de nosso Estado. Cabe destacar que esta contribuição já é recolhida pelos produtores quando contratam os seus funcionários, ou seja, a aposentadoria e os direitos dos colaboradores continuam garantidos e não foram afetados com esta decisão, que era arbitrária e incidia duas vezes na carga tributária já tão pesada com que arcamos. Sabemos que ainda cabe recurso do Supremo Tribunal Federal, mas não iremos desistir dos nossos direitos e continuaremos defendendo a forma justa de cobrança deste imposto.

E sempre que falamos em futuro, falamos em crescer e se desenvolver de forma sustentável, com mais qualidade de vida. Para falar um pouco disso, tivemos a honra de participar do maior evento sobre o futuro do meio ambiente e da produção dos últimos anos, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20, representando todo o segmento do agronegócio mato-grossense. Mais uma mostra da representatividade que o setor soja tem no Brasil. Contamos um pouco da história de Lucas do Rio Verde, um exemplo das inúmeras cidades que conseguiram se desenvolver de forma sustentável e que hoje possuem Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) exemplares em Mato Grosso.

Nossa entidade também foi correalizadora do maior evento nacional do complexo soja no Brasil. Cuiabá recebeu, no início de junho, o VI Congresso Brasileiro de Soja, evento realizado pela Embrapa Soja e correalizado este ano pela Aprosoja, que trouxe pesquisadores, professores, acadêmicos, profissionais ligados ao complexo produtivo da soja e produtores. Foram quatro dias de debates sobre os principais desafios que a cultura enfrenta e as perspectivas para os próximos anos.

Nossos projetos também não pararam. Logo no começo do ano, demos um impulso para o Soja Plus, programa de Gestão Socioambiental em propriedades rurais desenvolvido por nós, pela Abiove e pelo Senar Mato Grosso. Planejamo-nos, investimos, visitamos produtores e estruturamos nossa equipe para oferecer ao produtor todas as orientações necessárias para a melhoria contínua de sua propriedade. Realizamos a sétima edição do Circuito Aprosoja, com uma surpreendente participação dos produtores. Em pouco mais de um mês, visitamos 23 cidades nas quatro regiões do Estado e pudemos constatar que o evento já está consolidado e é o mais esperado de Mato Grosso quando o assunto é planejamento de safra.

O Movimento Pró-Logística também teve atuação impecável nesses primeiros seis meses. Participamos de reuniões, audiências públicas, debates políticos, palestras e viagens, sempre com o objetivo de verificar o que é possível fazer para melhorar a logística de escoamento da safra em nosso Estado para baratear o frete. Considerado uma de nossas prioridades, o tema logística ganhou uma nova bandeira nesse primeiro semestre. Começamos a discutir com mais intensidade sobre a importância de se ter eclusas em hidrelétricas para viabilizar a construção das hidrovias, uma das soluções para o problema histórico do escoamento da safra em Mato Grosso, que ainda possui as mesmas rodovias de integração das décadas de 70 e 80 e que, em razão do aumento de carros e caminhões que por elas transitam, já estão saturadas, antes mesmo de terem sido terminadas.

Vivemos ainda com problemas do passado que precisam ser solucionados, para, não só o produtor, mas toda a população, ter um futuro melhor. Não só Mato Grosso, mas todo o Brasil, pode, sim, ter a maior e melhor agricultura do mundo, trabalhando sempre de forma sustentável, conseguindo atender à demanda mundial de alimentos e ainda continuando a contribuir com a estabilidade da economia brasileira. Por isso, não paramos um minuto sequer. E vamos continuar assim, sempre lutando pelas melhores soluções e por um futuro melhor para todos.

*Produtor rural e presidente da Aprosoja Mato Grosso



FELIPE BARROS

Carlos Fávaro duante solenidade de posse como presidente da Aprosoja

LOGÍSTICA

Melhorar a logística de escoamento da safra é prioridade

Aprosoja intensifica ações em busca de melhorias da logística e da infraestrutura de Mato Grosso

A logística e a infraestrutura foram escolhidas como uma das prioridades da Aprosoja. A instituição tem atuado intensamente em ações, palestras e reuniões que tratem da melhoria das vias de escoamento da safra mato-grossense. Somente no primeiro semestre de 2012, dois Estradeiros foram realizados em estradas federais no território de Mato Grosso, de Rondônia e do Pará. O Movimento Pró-Logística não teve descanso e atuou também nos debates sobre a importância da construção de eclusas em hidrelétricas nos rios Tapajós e Teles Pires para viabilizar a implantação de hidrovias.

De acordo com o coordenador executivo do Movimento Pró-Logística, Edeon Vaz, a previsão é de que até 2014 cerca de 150 mil carretas trafeguem somente pela BR-163 em Mato Grosso, o que coloca a rodovia na condição de saturada, por isso a preocupação em buscar alternativas ao transporte da produção agrícola por meio da viabilização de outros modais.

Atualmente, existem projetos no Ministério de Minas e Energia (MME) para implantar, até 2018, três hidrelétricas no Rio Tapajós, sendo uma em São Luiz do Tapajós, uma em Jatobá e outra em Chacorão. No entanto, estes projetos não preveem a construção das eclusas, o que prejudicará o modal hidroviário no Estado, inviabilizando mais uma alternativa de transporte para o escoamento da produção agropecuária de Mato Grosso. Estão previstas as construções de 11 usinas hidrelétricas espalhadas no Rio Tapajós, no Pará, e nos rios Arinos, Juruena e Teles Pires, em Mato Grosso. O setor produtivo e as entidades de classe estudam medidas para fazer com que nas barragens sejam construídas as eclusas.

"Nós somos favoráveis à geração de energia elétrica, mas temos que ter também a possibilidade de navegar e transportar de forma eficiente os produtos do Estado", explica o presidente da Aprosoja, Carlos Fávaro.

No dia 22 de maio, o Movimento Pró-Logística de Mato Grosso – iniciativa de 15 entidades do setor produtivo mato-grossense e presidido pela Aprosoja – protocolou um documento na Câmara dos Deputados defendendo a construção de eclusas na hidrovia do Teles Pires–Tapajós a partir do município de Sinop (MT) até Santarém (PA), com extensão de 1.576 quilômetros. O documento foi apresentado ao término de uma audiência pública que debateu os prejuízos à navegação hidroviária de Mato Grosso com a chegada do Complexo Hidrelétrico do Rio Teles Pires sem a construção das eclusas.

No relatório entregue aos deputados, o Movimento Pró-Logística aponta que a região Norte, área de abrangência da hidrovia Teles Pires–Tapajós, tem previsão de dobrar a produção de grãos nos próximos 20 anos, passando dos atuais 18 milhões de toneladas para 36, aproveitando as áreas de pastagens degrada-



Vocação de MT é escoar pelos portos do Arco Norte do País

das. Carlos Fávaro aponta que a construção da hidrovia tornará o Estado mais competitivo e trará uma economia de R$ 8 a R$ 10 por saca ao produtor. "E esses valores não são bons apenas para o produtor, mas para a economia de todo o Estado. Temos hoje o frete mais caro do mundo", revela.

O presidente da Aprosoja destaca ainda que a construção das eclusas irá evitar um prejuízo entre 30% e 40%, se comparado aos casos em que não há planejamento adequado. Além disso, o presidente reforçou que, dessa forma, o empreendimento torna-se ambientalmente sustentável. Fávaro ressalta a preocupação em perder o modal mais eficiente e barato para escoar a safra mato-grossense. "Precisamos garantir que nestes rios haverá a possibilidade de termos hidrovias. Sem a previsão dessas eclusas, a obra ficará mais cara posteriormente e poderá nem sair", diz.

A viabilização das hidrovias também é de extrema importância para desafogar as rodovias mato-grossenses. Em Mato Grosso, a maior parte do que sai do Estado em direção aos portos do Sul ou do Norte do País segue pelas estradas, especialmente na rota da BR-163, considerada umas das principais do Estado. Somente na extensão centro-norte da rodovia, concentram-se aproximadamente 50% da produção de soja do Estado. Quanto pior a situação da estrada, mais problemas o produtor terá para escoar seu produto. Por este motivo, a Aprosoja já percorreu as três das principais rodovias do Estado. O objetivo foi verificar as condições das pistas e fiscalizar o andamento das obras realizadas pelo governo.

O primeiro Estradeiro, realizado entre 1º e 5 de abril, reuniu membros da Aprosoja, da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (Famato) e de sindicatos rurais em uma viagem de mais de dois mil quilômetros entre Cuiabá e Porto Velho. Os participantes mapearam as condições da BR 242, da BR-364 e da MT-130, importantes vias para o escoamento da produção da região leste de Mato Grosso, dos municípios de Canarana, Querência, Gaúcha do Norte e Paranatinga, por exemplo. O Movimento cobra a manutenção do trecho para que a trafegabilidade seja melhor.

Carlos Fávaro, que também é presidente do Movimento Pró-Logística, explicou que os Estradeiros são oportunidades de unir forças para conseguir viabilizar os pleitos de infraestrutura e logística para o Estado. "O Movimento Pró-Logística não tem dinheiro para construir obras. O Poder Público é responsável por esta parte. Nosso papel é mobilizar a sociedade em prol desses benefícios e ajudar o governo a encontrar as alternativas para que as obras saiam, desde buscar apoio da iniciativa privada até contribuir com estudos e projetos de viabilidade", destaca.

No segundo Estradeiro, realizado entre 28 e 31 de maio, a comitiva percorreu 1,3 mil quilômetros pela BR-163, de Cuiabá a Santarém, no Pará. Em Mato Grosso, a BR-163 é apontada como alternativa para ligar Mato Grosso aos portos do Arco Norte. De acordo com levantamentos da Aprosoja, isto possibilitaria queda nos preços do frete na ordem de 35% a 40%. Durante a segunda viagem, a equipe que participou do Estradeiro verificou



Estradeiros conferem andamento das obras federais e estaduais nas rodovias

que em Mato Grosso a rodovia federal já está asfaltada. Agora, segundo os técnicos, o maior desafio é vê-la terminada no Pará, onde mais de mil quilômetros ainda precisam sair do papel.

Após os Estradeiros feitos pelo Movimento Pró-Logística, são entregues diagnósticos aos governos federal e estadual, responsáveis pela realização das obras e também pela fiscalização delas. A expectativa é que mais três Estradeiros sejam realizados ainda este ano. Conforme Fávaro, o Movimento tem contribuído de forma efetiva na agilização das obras necessárias para o desenvolvimento de Mato Grosso. "No ano passado, Mato Grosso tinha R$ 200 milhões para serem empenhados para fazer pagamentos de trechos de rodovia que já haviam sido feitos. O governo estava numa 'operação tartaruga', paralisando as obras e deixando as empreiteiras em uma má situação. O movimento se mobilizou e reuniu prefeitos, deputados e senadores para falar com o governo. Depois disso, a situação se normalizou."

"A produção de soja em Mato Grosso vem batendo seguidos recordes e ajudando a manter positiva a balança comercial brasileira, bem como a geração de empregos em Mato Grosso, porém, esbarra na falta de infraestrutura, o que reduz a competitividade dos produtores mato-grossenses. O Estado vai se consolidar como o maior produtor brasileiro e até mundial, mas isso poderá ocorrer de forma mais eficiente se tivermos mais ferrovias, hidrovias, e uma malha viária melhor, com mais alternativas, saindo da dependência dos portos do Sul", finalizou Fávaro.

PLANEJAMENTO

Circuito Aprosoja reúne público recorde de produtores

Número de produtores participantes aumenta no evento, e o tema Sucessão Familiar foi o destaque

O Circuito Aprosoja 2012 superou o número de participantes de edições anteriores mais uma vez. Este ano, porém, uma particularidade chamou a atenção da Aprosoja. Ao contrário dos anos anteriores, os produtores formaram o maior público do evento. Do total de 3.164 participantes em todos os dias de palestras, 1.608 foram produtores. Destes, 1.117 são associados da instituição, e 491 não são associados. Em 2011, 3.128 pessoas participaram do Circuito, sendo que 916 eram produtores.

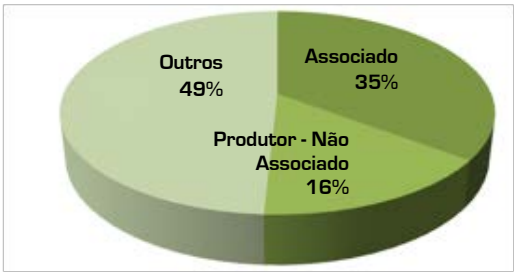
O Circuito Aprosoja, que está em sua sétima edição, é realizado pela Aprosoja e pelo Senar Mato Grosso. Neste ano, ainda teve o patrocínio da Intacta, Syngenta, Basf, do Banco do Brasil e Sicredi. O evento já está consolidado no calendário agrícola de Mato Grosso. Um dos motivos que contribuem para atrair os produtores são os temas escolhidos para as palestras, que têm como objetivo central o planejamento da safra, levando informações estratégicas ao produtor, auxiliando-o na hora de tomar decisões. Também são abordados outros temas, como controle de doenças, cenários macroeconômicos do mercado de comercialização de soja e logística. Este ano, o diferencial foi a escolha da Sucessão Familiar como tema principal do Circuito nos eventos realizados no interior, agregado ao conteúdo das palestras de mercado.

Já no lançamento, que lotou o auditório do Senar Mato Grosso, em Cuiabá, no dia 12 de abril, foi visível a identificação do público com os temas escolhidos. Cerca de 300 convidados lotaram o auditório e as duas outras salas montadas para receber os interessados em ouvir os primeiros palestrantes do evento, o economista e apresentador do programa Manhattan Connection, Ricardo Amorim, e o engenheiro agrônomo e consultor em agronegócio da empresa Agroconsult, André Pessoa. O economista falou sobre macroeconomia e os impactos no agronegócio. O tema de sua palestra foi Brasil, condenado a dar certo. Já Pessoa estimulou os mais de trezentos convidados a fazer uma reflexão sobre a fase positiva que o agronegócio está vivendo.

Na semana seguinte, a equipe do Circuito seguiu para o interior, começando por Diamantino (16/04) e seguindo por mais quatro municípios da região oeste do Estado: Campo Novo dos Parecis, Sapezal, Campos de Júlio e Tangará da Serra. Logo na primeira semana, o Circuito Aprosoja 2012 mostrou a que veio: reuniu aproximadamente 700 pessoas nos cinco dias de evento.

Para o diretor-executivo da entidade, Marcelo Duarte, dois pontos foram fundamentais para o sucesso de público. "O primeiro foi que, este ano, cada Núcleo da Aprosoja, instalado no interior, juntamente com os delegados, foi responsável pela organização do evento em sua região. O segundo foi que os eventos foram realizados à noite, o que permitiu que as famílias pudessem participar. São melhorias que observamos na organização do evento e que a cada ano cresce em termos de público e envolvimento dos associados", afirmou Duarte.

Circuito Aprosoja - Edição 2012



Circuito Aprosoja - Edição 2011



Produtor - Não Associado
1%

A rodada de palestras na região sul começou no dia 23 de abril, passando por Alto Taquari, Alto Garças e Rondonópolis, Primavera do Leste, Campo Verde e Jaciara. Nas noites do evento, a mesma reação do público ao evento: auditórios lotados e muito interesse pelas conversas sobre o mercado da soja e o planejamento para a sucessão familiar. Visualizando a boa participação, a equipe da Aprosoja aproveitou para mostrar mais sobre os serviços da entidade e todos os benefícios que o produtor pode ter ao se associar. Além disso, também foi um importante momento para ouvir a opinião de quem está no campo sobre a atuação da instituição.

No mês de maio, as palestras chegaram à região norte de Mato Grosso, que surpreendeu pela quantidade de público, principalmente na noite do dia 9, em Lucas do Rio Verde. Lá, aproximadamente 250 produtores lotaram o auditório da Fundação Rio Verde para assistir às palestras. O delegado coordenador do Núcleo de Lucas do Rio Verde, Rogério Ferrarin, afirmou que o evento está consolidado em Mato Grosso. "O Circuito Aprosoja já se tornou referência em termos de eventos para o agronegócio, justamente por sempre debater temas de interesse do produtor, como, por exemplo, logística, política de preço, Código Florestal. E nesta edição, conseguiu aliar dois assuntos que mexem com a gente, que são família e negócio. Por isso,


ADÃO BRIZOLLA

Casa cheia em todos os eventos do Circuito 2012

acreditamos que este será um dos anos com maior participação e envolvimento dos nossos produtores", destacou Ferrarin.

Na região, a equipe do Circuito passou pelos municípios de Sinop, Vera, Sorriso, Lucas do Rio Verde, Tapurah e Nova Mutum. Além de Lucas, a região também se destacou por estar nela o município onde surgiu a demanda de se falar sobre a sucessão familiar, assunto que, apesar da extrema importância, ainda é considerado um tabu por muitos. Foi em Sorriso que os delegados da Aprosoja identificaram a necessidade de explicar para o produtor o quanto é importante fazer uma transição calma e planejada do fundador para o seu sucessor.

Para fechar o evento, na última semana de palestras, o Circuito Aprosoja visitou a região leste, considerada a nova fronteira agrícola de Mato Grosso. Produtores rurais de diversos cantos do Estado e também do País estão comprando ou arrendando terras nos municípios para produzir soja. De acordo com o presidente da Aprosoja, Carlos Fávaro, a região é a que possui a maior reserva de áreas já abertas e viáveis para a agricultura. "São mais de cinco milhões de hectares que eram pastagens degradadas, de baixa produtividade, que agora podem ser utilizadas como lavoura", revela.


ADÃO BRIZOLLA

Marcelo Duarte leva informações de mercado aos produtores

O Circuito visitou, primeiro, o município de Gaúcha do Norte, no dia 15 de maio, e seguiu então para Querência, Canarana, Água Boa e Nova Xavantina, onde o evento foi encerrado no dia 18 de maio. No total, 23 municípios receberam o Circuito este ano. Foram percorridos cerca de seis mil quilômetros, passando por municípios que, juntos, representam 59% da área plantada com soja em Mato Grosso. São mais de 4,4 milhões de hectares cultivados com a oleaginosa, 19% da área brasileira e 4% da área mundial.

Sucessão Familiar e Planejamento

A 7ª edição do Circuito Aprosoja teve como um dos temas centrais a sucessão familiar nos negócios. As palestras foram conduzidas pelo sócio-diretor da empresa Nexus, Ramiro Novak Filho, e pelo consultor Marco Antônio Perdiz. Com mais de 30 anos de experiência no mercado, Novak destacou a importância do planejamento na hora de se fazer a transição nos negócios familiares. "O sucessor nos negócios tem de ser preparado e, acima de tudo, tem de ter vocação ou aptidão, e a preparação não deve ser adiada." Ele explica que esse adiamento acontece muitas vezes por conta de muito trabalho. Umas das dicas dadas por Novak para que o filho se interesse pelos negócios é "faça de seus filhos sócios e dê chances para que eles inovem e se sintam participantes do negócio", destacou.

O presidente da Aprosoja, Carlos Fávaro, conta que esta é a hora certa para se falar em sucessão familiar, porque os produtores que aqui chegaram no começo não são mais jovens. "Agora, estão no momento de passar adiante os negócios, mas de forma planejada. Precisamos despertar o sentimento pela sucessão familiar", explica.

Em Campo Novo do Parecis, na região oeste de Mato Grosso, a equipe do Circuito Aprosoja encontrou bons exemplos do tema. O produtor Fábio Moraes contou que na sua família a sucessão para a continuidade dos negócios está sendo preparada, desde cedo se interessa pela agricultura e sempre participou das decisões junto com o pai. "Eu estou me preparando, estudei administração e desde 2000 estou trabalhando junto com meu pai. Trocamos muitas ideias, porque a gente sabe que uma hora ele vai precisar descansar, sair um pouco dos negócios, e eu quero estar bem preparado para dar continuidade", conta.

E assim foi o clima por onde o Circuito passou. Muita gente interessada em saber o que fazer ou em saber se o que está fazendo está certo. Muitos exemplos de famílias que querem dar continuidade ao trabalho sério realizado em suas lavouras. Em Sorriso, região norte do Estado, o produtor e delegado do núcleo da Aprosoja no município, Elso Pozzobon, contou que a sucessão familiar é um tema com o qual normalmente as pessoas não estão atentas e não se importam muito.

"Mas nós percebemos que este assunto despertaria o interesse dos associados. Em razão do atual cenário em que se encontram as famílias dos produtores, muitos já iniciaram a terceira geração dos negócios e precisam passar o bastão. E a Aprosoja trouxe palestrantes que ajudaram a entender a importância de se trabalhar o assunto, que em muitas famílias se torna um trauma, mas nós precisamos tratar disso com seriedade", destacou Pozzobon, que já iniciou a sucessão familiar nos negócios com o filho Rodrigo, de 26 anos.

CÓDIGO FLORESTAL

Aprosoja encaminha propostas de emendas para a FPA

Segurança jurídica continua sendo o foco

Após inúmeros debates e audiências com a sociedade civil, técnicos, cientistas e parlamentares no Congresso, o novo Código Florestal foi sancionado pela presidente Dilma Rousseff e publicado no *Diário Oficial da União* no dia 28 de maio, com 12 vetos. No mesmo dia, foi publicada a Medida Provisória nº 571/2012, que preenche as lacunas legais deixadas pelos vetos e restaura o texto do Código elaborado pelo Senado Federal e posteriormente alterado pela Câmara.

No novo texto, foram vetados totalmente os artigos 1º, 43, 61, 76 e 77 e parcialmente os 3º, 4º, 5º e 26. A Medida Provisória tem prazo de 60 dias, podendo ser prorrogada por mais 60 dias. No entanto, a Medida ainda pode ser derrubada ou modificada no Congresso.

Os vetos e as alterações realizados pela presidente ao novo Código já foram analisados pela equipe técnica da Aprosoja e pelos parlamentares da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), e mais de 700 emendas foram propostas, 80 delas somente pela Frente. Os membros da FPA já estudaram as estratégias, e 12 temas terão destaques, entre eles o retorno do artigo 1º, totalmente vetado pela presidente.

Segundo o presidente recém-eleito da FPA, deputado federal Homero Pereira, a redação do artigo 1º, como tinha sido proposto pela Câmara, garantia a segurança jurídica necessária aos produtores. "Da forma como ficou, o artigo está com muitas brechas para interpretações diversas. E este item é exatamente o que trata dos princípios básicos da legislação florestal brasileira. Buscamos segurança jurídica. Precisamos de conceitos mais objetivos, sem margem à dupla interpretação. Temos a oportunidade de criar um pacto para o desenvolvimento sustentável. O meio ambiente e a produção de alimentos são estratégicos para a nação", argumentou o parlamentar.



ACERVO PREFEITURA DE LUCAS

Artigo que trata de APPs nas margens de rios foi alterado pela presidente

Outra prioridade será o artigo 61, que trata da consolidação das atividades produtivas e também das Áreas de Preservação Permanente (APPs). Na opinião do ex-presidente da Frente, deputado federal Moreira Mendes, o artigo 61 é a espinha dorsal do novo Código. "Se nós estamos tratando de uma nova lei, que vai trazer regras mais claras com relação à proteção ambiental e às responsabilidades do produtor, nada mais justo do que estabelecer regras de transição, para que ele possa continuar naquilo em que ele estava trabalhando, sem perder produção", declarou Moreira Mendes.

Pela nova regra, propriedades de um até quatro módulos fiscais terão uma escala de recomposição de APPs nas margens de rios que varia de cinco a 15 metros. Por exemplo, o dono de uma propriedade de um módulo fiscal que desmatou, até 22 de julho de 2008, a margem de um rio com dez metros de largura deve reflorestar uma faixa de cinco metros.

Na opinião do presidente da Aprosoja, Carlos Fávaro, o critério utilizado para definir estas novas regras no artigo 61 foi muito mais político que técnico. "Tem que se levar em consideração que são áreas já em produção; esta linha de corte de quatro módulos fiscais vai transformar áreas de cinco, seis, oito módulos em áreas menores. E não estamos falando de grandes produtores, mas, sim, de médios, que deveriam ter mais flexibilização. Isto não é consolidar a produção; o Brasil vai perder milhões de hectares já produtivos. Não somos contra as APPs, elas são fundamentais, mas não dá para abrir mão do que já estamos produzindo", disse Fávaro.



GUSTAVO LIMA

Deputado federal e presidente da FPA, Homero Pereira

Outras sugestões feitas pela Aprosoja são a alteração do entendimento referente às áreas de vereda e pousio, fracionamento do imóvel rural a qualquer título, admissão do computo da Área de Preservação Permanente (APP) na Área de Reserva Legal (ARL), e redução da Reserva Legal para até 50% quando o Estado tiver mais de 50% da superfície territorial cobertos por vegetação nativa denominada "área protegida".

Carlos Fávaro destaca o trabalho da FPA referente às discussões do Código Florestal. "A Frente tem realizado um importante papel dentro do Congresso, na busca pelo consenso, sem deixar de lado a preservação, mas também olhando para a produção agropecuária brasileira, que gera empregos, divisas ao nosso país. O parlamento brasileiro debateu constitucionalmente durante anos, exaustivamente, o novo Código, e se hoje estamos mais próximos de ter a tão almejada segurança jurídica, temos que reconhecer o empenho dos parlamentares ruralistas."

A Medida Provisória nº 571/2012 será agora analisada inicialmente por uma comissão mista de deputados e senadores. Depois, será votada no Plenário da Câmara.

CONGRESSO BRASILEIRO DE SOJA

Soja trouxe impulso para a região Centro-Oeste

PIB da região central do País quadruplicou depois da introdução da cultura da soja nos Estados



JOSÉ MEDEIROS

Congresso Brasileiro de Soja destacou desenvolvimento que a soja trouxe para o Centro-Oeste

A importância econômica e social que a cultura da soja trouxe para a região Centro-Oeste, com destaque para o Estado de Mato Grosso, foi a tônica de todos os discursos proferidos durante o VI Congresso Brasileiro de Soja, que ocorreu em Cuiabá, no Centro de Eventos Pantanal, entre os dias 11 e 14 de junho. O evento, que foi prestigiado por cerca de duas mil pessoas, reuniu produtores, técnicos, profissionais, pesquisadores e estudantes de todas as regiões do País. A realização foi da Embrapa Soja e este ano contou com a correalização da Aprosoja.

Dois momentos foram fundamentais na história do desenvolvimento do Centro-Oeste brasileiro: a construção de Brasília, em 1960, e a introdução da cultura da soja na região, na década de 80. "O Centro-Oeste representava menos de 1% do PIB nacional na época da inauguração de Brasília. Em 2010, depois de Brasília e da chegada da soja, nosso PIB quadruplicou. Vale destacar que o sucesso da soja na região só foi possível graças à inauguração da Embrapa, em 1973, e à construção de algumas importantes rodovias federais, tais como as BRs 163, 364, 070, que proporcionaram a colonização e ocupação de regiões antes desabitadas", relembrou Carlos Fávaro.

A integração por si só não faria sentido se não fosse o modelo de desenvolvimento que a cultura da soja trouxe para a região. Para cada um emprego gerado no campo, mais de dez são gerados indiretamente e de forma induzida na cidade, movimentando a economia e estimulando o desenvolvimento das cidades.

O crescimento das cidades e a melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de vários municípios de Mato Grosso, tais como Sorriso, Campo Verde, Sinop, Lucas do Rio Verde, de Goiás, como, por exemplo, Jataí, e de Mato Grosso do Sul, como Chapadão do Sul, comprovam isso.

E o Brasil se tornou exemplo de que é possível conciliar desenvolvimento com produção de alimentos, sem deixar de lado a preocupação com a preservação. A introdução de tecnologias e melhorias de gestão propiciou um ganho de 100% na produtividade das lavouras nos últimos 30 anos, permitindo que fossem poupados 11 milhões de hectares, só no Centro-Oeste.

O desafio agora, segundo Carlos Fávaro, é a industrialização da produção e a viabilização dos projetos de logística para a região, em especial em Mato Grosso, maior produtor de grãos do País. "O marco que possibilitará entrarmos na terceira era de desenvolvimento passa necessariamente pela melhoria das vias de escoamento da produção agrícola", complementou o presidente da Aprosoja, que exemplificou as obras da Ferronorte, até Rondonópolis, da Fico, até Água Boa e depois até Lucas do Rio Verde, da hidrovia do Juruena–Teles Pires–Tapajós e a conclusão da rodovia BR-163, até Santarém (PA), da BR-158 e da BR-080, como sendo prioritárias para o Estado.

SUSTENTABILIDADE

MT foi destaque nos debates sobre segurança alimentar na Rio+20

Cases de desenvolvimento de municípios, como Lucas do Rio Verde, comprovam modelo de produção de alimentos com preservação



ACERVO PREFEITURA LUCAS

Município de Lucas do Rio Verde é exemplo de produção com preservação

Os avanços do Brasil na adoção de um modelo de desenvolvimento sustentável nortearam as palestras e os debates do evento Segurança Alimentar e Sustentabilidade no Agronegócio, realizado no espaço Humanidade 2012, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), ocorrida entre os dias 11 e 22 de junho, no Rio de Janeiro.

E, mais uma vez, Mato Grosso foi destaque com o *case* do município de Lucas do Rio Verde, apresentado durante o painel SustainAgro pelo presidente da Aprosoja, Carlos Fávaro. O SustainAgro foi uma iniciativa que reuniu organizações de diversos países, com o objetivo de unificar o discurso e apresentar práticas agrícolas sustentáveis no evento, baseadas em *cases* de sucesso. A rede colocou o setor produtivo primário como protagonista dos debates da Rio+20.

Fávaro mostrou como Mato Grosso vem conseguindo aliar produção agrícola com desenvolvimento socioeconômico. De um assentamento de reforma agrária, instalado na década de 70, com cerca de 250 famílias, Lucas do Rio Verde alcançou um dos maiores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado e, em 2009, pelo índice Firjan, ocupou o oitavo lugar entre as cidades brasileiras com melhor IDH, superando mais de cinco mil municípios brasileiros.

Entre vários fatores que proporcionaram este desenvolvimento, o cultivo da soja foi um deles. Para se ter uma ideia, há dez anos, Lucas tinha um IDH de 0,67, e em 2009 o índice chegou a 0,90, que equivale a um alto desenvolvimento.

Além da introdução da soja, o cultivo de uma segunda safra de grãos no mesmo ano agrícola, no caso o milho, possibilitou também a revolução social e econômica no município. "Aliado a tudo isto, temos ainda o sistema de integração com a pecuária, ou seja, três safras na mesma área, produzindo alimentos e poupando recursos naturais. Esse modelo de desenvolvimento trouxe a pujança e o dinamismo econômico que observamos atualmente em Lucas e em várias outras cidades mato-grossenses, pois, para cada emprego gerado no campo, outros 12 são gerados na cidade. É esta a agricultura que temos promovido no Brasil, feita por pessoas batalhadoras, e é isto que queremos mostrar ao mundo", destacou Fávaro.

O município de Lucas tem cerca de 57 mil habitantes, com uma produção de grãos (soja e milho) de 1,6 milhão de toneladas na última safra, além de ser destaque no processamento de biodiesel, alcançando a marca de 600 mil litros, por dia, e possui um parque industrial para o processamento de carnes, com capacidade para abater 375 mil frangos por dia e cinco mil suínos.

A relevância de Mato Grosso também foi abordada pelo ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mendes Ribeiro Filho, que prestigiou o painel. Segundo ele, em seis anos, o Estado reduziu em 74% o desmatamento, e a tendência é ampliar esse percentual, tornando-se modelo de preservação. "Mato Grosso é o principal Estado brasileiro na produção de grãos e mostra claramente o que buscamos na agropecuária nacional: conciliar sustentabilidade e produção, contribuindo de fato com a erradicação da pobreza", afirmou o ministro.

O diretor-geral do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icone) e integrante do Conselho Superior do Agronegócio (Cosag) da Fiesp, André Nassar, também foi um dos palestrantes, com o tema O Agro brasileiro em 2030, e ressaltou que há uma percepção na sociedade de que a agricultura é um dos setores que mais geram impactos ambientais, pois utiliza recursos naturais na produção de alimentos.

"Nosso modelo de produção agrícola é o mais eficiente das últimas duas décadas, comparado a qualquer outro país. É o que mais cresceu em relação à produtividade, utilizando poucas áreas e aumentando a produção. Até 2030, dois terços do crescimento da produção agrícola virão do incremento de produtividade com a utilização de novas tecnologias. O desafio da agricultura é conciliar tudo isso com redução de impactos. Devemos adotar esse discurso e mostrar como isso é possível", ressaltou Nassar.

Sobre a redução do desmatamento, Nassar afirmou que o governo cumpriu seu papel com a eficiência das políticas públicas, e a agricultura exerceu papel importante com a redução de demanda por novas áreas de plantio. "A agricultura tem o menor custo de incorporação da economia verde, e é preciso debater a situação de forma séria. Quem defende o desmatamento zero, como única solução para a preservação, não quer de fato encarar a realidade e enxergar que ocorrerá um impacto grande na produção agrícola, e isto não auxiliará na redução da pobreza", afirmou o diretor do Icone.

O Humanidade 2012 foi uma iniciativa das Federações das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e do Rio de Janeiro (Firjan) e da Fundação Roberto Marinho. ■



A BOLSA DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

Amplie os seus negócios!

O melhor lance é comprar e vender na Bolsa Brasileira de Mercadorias – o jeito fácil e seguro de comprar pela internet.

Negocie com produtores rurais, cooperativas, agroindústrias, exportadores e Governo.

A Bolsa Brasileira de Mercadorias faz todo o processo para você, da oferta ao pagamento.

- Leilões eletrônicos de compra e venda on-line de produtos agropecuários.
- Liquidação financeira.
- Formação de preços através de negociações transparentes.
- Tecnologia de sistemas e suporte operacional da BM&FBOVESPA.
- Câmara Arbitral para maior segurança.
- Opções de negócios com algodão, arroz, boi, café, feijão, milho, soja, trigo e outros.

Para saber mais, fale com uma corretora associada à Bolsa.

www.bbmnet.com.br

CENTRAIS REGIONAIS DE OPERAÇÕES
BELO HORIZONTE – MG (31) 3224 5826 | CAMPO GRANDE – MS (67) 3341 8888 | CURITIBA – PR (41) 3320 7800 |
FORTALEZA – CE (85) 3254 4018 | GOIÂNIA – GO (62) 3225 7497 | PORTO ALEGRE – RS (51) 3216 3700 |
RIO DE JANEIRO – RJ (21) 2223 9612 | SÃO PAULO – SP (11) 2565 4596 | UBERLÂNDIA – MG (34) 3212 1433

Bolsa Brasileira de Mercadorias

Agricultura

O centro das soluções sustentáveis

João Sereno Lammel*

A CONFERÊNCIA das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, evento que marcou os vinte anos de realização da Eco-92, no Rio de Janeiro, se constitui um momento histórico. A ONU, responsável pela Conferência, e o governo brasileiro, organizador do evento, contabilizaram pelo menos uma centena de chefes de nações de todo o mundo, acompanhados de dezenas dos negociadores de seus países, especialistas em temas diversos. Foi importante uma mensagem enfática dos representantes de diversos setores industriais, com destaque para os representantes do agronegócio. O recado claro foi de que conservar a natureza e promover o desenvolvimento socioeconômico são rumos necessários e absolutamente possíveis.

Uma das respostas está na agropecuária, atividade estratégica para a maioria dos países, inclusive os desenvolvidos – apenas para citar alguns exemplos, como Estados Unidos, França e Japão, o que desmistifica o equívoco de considerá-la importante apenas nos países menos desenvolvidos. A produção agrícola que alia os manejos sustentáveis à imprescindível eficiência tecnológica é a melhor tradução dos conceitos de sustentabilidade e, o mais recente, a chamada economia verde, que norteiam os debates na Rio+20.

Porque a razão do planeta são as pessoas, os desafios colocados exigem uma agenda positiva que compreenda e valorize a missão crucial da agricultura. Hoje, a necessidade de garantir a segurança alimentar sugere à sociedade como um todo ampliar sua visão ambiental. Para poupar recursos naturais – terra, água e energia –, o aumento deverá ocorrer via produtividade das lavouras, daí o essencial papel das inovações tecnológicas. Não há como falar em economia verde sem agricultores sustentavelmente competitivos.

Há cerca de duas décadas, começaram a ganhar força os arranjos estratégicos envolvendo entidades do setor, comunidade científica, institutos de pesquisa, órgãos de governos e empresas. Em razão do desmantelamento dos programas de extensão rural no País, após a extinção da Empresa Brasileira de Extensão Rural (Embrater), em 1990, diversos setores representativos do agronegócio vêm contribuindo de maneira notável na empreitada de levar ao campo a extensão do conhecimento a milhares de agricultores e, com isso, melhores perspectivas para o seu sucesso na atividade.

Instituições, entidades e empresas agroindustriais têm investido fortemente – por meio do aporte de recursos e do conhecimento técnico-científico de seus profissionais – em treinamento, assistência técnica, extensão rural e conscientização socioambiental dos agricultores e trabalhadores do campo.

Cite-se, como exemplo, o empenho das indústrias de defensivos agrícolas, juntamente com as revendas agropecuárias, cooperativas e as centrais vinculadas ao Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV). Esse arco de parceiros mobiliza recursos e esforços de centenas de profissionais das áreas de *stewardship*; pesquisa e sustentabilidade. Como exemplo da importância desse conjunto de ações, entre os anos de 2005 e 2011, foi alcançado o expressivo número de 12.128.181 de pessoas treinadas e impactadas. Vários desses projetos de educação e socioambientais integram o Prêmio Andef, realizado há quinze anos pela Andef, pelas suas associadas e entidades apoiadoras.



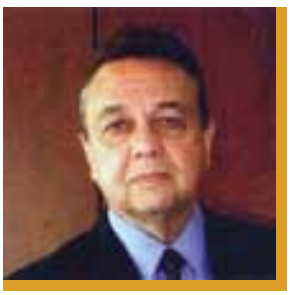
FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABR

Iniciativas como essa apontaram o rumo e devem nortear as discussões após a Rio+20. Afinal, do campo vêm alimentos, fibras e matérias-primas vegetais renováveis para produção de energia para o mundo. Portanto, a agricultura é o centro das soluções sustentáveis. ■

*Presidente do Conselho Diretor da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef)

Diário de bordo

Gente!



Roberto Rodrigues*

UM DOS temas mais repetidos nas rodas e instituições ligadas ao meio empresarial é a crescente falta de mão de obra qualificada, capaz de permitir a produção sustentável e competitiva de produtos que disputam mercados com concorrentes internacionais.

De fato, o espetacular aumento do mercado interno brasileiro – com a chegada de mais de 30 milhões de pessoas à classe C – determinou uma explosiva procura por bens de consumo, imóveis, veículos, entre outros, exigindo dos produtores um crescimento que não estava planejado. A ascensão ao mercado de milhares de consumidores dos países emergentes também ampliou a possibilidade de mais exportações, principalmente de *commodities*, e este fato ajudou a imprimir mais ritmo na sua produção.

E o País não estava preparado para responder a todas as demandas no que diz respeito a recursos humanos qualificados.

Como todo mundo sabe, nossa preocupação com educação no passado não foi das mais relevantes. Com isso, nossa mão de obra, inclusive a especializada, deixou muito a desejar. Estamos agora pagando por esta falha. Talvez as prestações deste pagamento ainda prevaleçam por um bom tempo...

Se o tema é muito preocupante em todos os setores da atividade urbana, não é menos sério na área rural.

A última Agrishow, realizada em Ribeirão Preto de 30 de abril e 4 de maio, mostrou isso: máquinas potentes e modernissimas que custam pequenas fortunas, equipadas com GPS e outros equipamentos de última geração, acabam sendo dirigidas por operadores com baixa qualificação treinados em cursos organizados por revendedores, fabricantes e associações de produtores rurais.

São máquinas que servem quase só para grandes produtores, até porque estes podem pagar bons salários aos operadores. Já os médios e os pequenos não conseguem recursos para comprar estes gigantes e, quando conseguem, não têm gente para operá-los.

E mais ainda: quando treinam bem seus operadores – até mesmo seus próprios filhos –, acabam perdendo-os, porque vão trabalhar em grandes empresas agrícolas, que pagam mais.

Tudo isso é gargalo para a competitividade do agro brasileiro. A produção de máquinas pequenas e baratas é uma das saídas para a mecanização dos produtores menores, mas a grande solução é formar gente, muita gente, qualificar operadores em grande quantidade, e isso é função do setor privado e também do governo.

Toda esta temática se reflete em uma gritante realidade: a agricultura de hoje é muito mais complexa que no passado. Tecnologias, capital, gestão e conhecimento são fundamentais para ter renda. E isso tudo depende de gente.

Os preços dos fatores ligados ao campo vêm evoluindo de forma muito desigual. Dados de 2000 a 2010 mostram isso claramente. Neste intervalo, a inflação medida pelo IGP-DI, do Ibre-FGV, foi de 128%.

Enquanto isso, o valor de terras para lavouras, por exemplo, cresceu 376%, quase três vezes mais que a inflação. Claro que isso é explicável: terra é um bem finito, não vai ser "criada" a mais. Além disso, terra no Brasil virou objeto de desejo de investidores nacionais e estrangeiros para produzir ou para especular.

Já o custo de produção dos principais cultivos teve aumentos diferentes em função dos fatores usados (insumos, máquinas etc.): a soja em Mato Grosso teve aumento de custos de 141%, enquanto o milho no Paraná variou 229% (Agroconsult). Parte desses custos se deveu à variação dos preços dos fertilizantes, mas também entre eles houve diferenças no período: o superfosfato simples teve aumento de 125%, o MAP, de 147%, e o cloreto de potássio, de 192% (segundo fontes do setor).

E a mão de obra?

Segundo o Ibre/FGV, no mesmo período, a mão de obra do IPP cresceu 192%.

Os salários subiram mais que a inflação e perto dos custos de produção. Só menos que a terra, é claro.

Por quê? Porque falta gente. Aí está a grande missão dos S do campo. Senar, Sescoop, e até Sebrae, atenção: precisamos de GENTE treinada e capacitada no campo. ■

*Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

Produzir

Ajustes para o novo Código Florestal



Cesário Ramalho da Silva*

PASSADA A Rio+20, os olhos se voltam novamente para o novo Código Florestal, aprovado recentemente pelo Congresso Nacional. A esta altura, o relator da Comissão Mista do Congresso – encarregada de analisar as mais de 700 emendas encaminhadas à Medida Provisória (MP) que cobriu lacunas deixadas pelos vetos da presidente Dilma Rousseff à nova Lei -, senador Luiz Henrique, deve ter apresentado seu parecer, que estava previsto para o dia 4 de julho.

A expectativa do agro agora é de que as emendas acatadas pelo relator tragam ajustes ao novo Código, que julgamos essenciais. A começar por uma maior receptividade à ciência agronômica como área com conhecimentos técnicos imprescindíveis para orientar o desenho de uma lei que apresenta impactos relevantes para a agricultura e a pecuária.

Na antessala da aprovação do Código no Congresso, a agronomia ficou fora do debate, não foi considerada como deveria, tendo como maior exemplo a participação forçosamente tímida da Embrapa. As negociações foram – equivocadamente – capitaneadas pelo viés ambiental, tendo como líder a ministra Izabella Teixeira.

O Código Florestal não pode ser visto apenas como uma legislação ambiental, ele é também uma lei agropecuária, já que tem alçada significativa na atividade rural. Desta maneira, as lideranças do agro brasileiro trabalham e têm a expectativa de que a figura do agrônomo seja incorporada às análises e negociações das emendas à MP.

Outro ajuste necessário é a revisão dos parâmetros de recomposição das matas ciliares ou Áreas de Preservação Permanente (APPs) em beiras de rios. Com vetos e MP, a presidente Dilma contemplou pequenos produtores com exigências de recomposição tidas como adequadas para esta classe rural. A situação dos produtores – detentores de propriedades rurais acima de dez módulos – também pode ser vista como apropriada.

No entanto, o médio produtor foi penalizado. Ele não tem o apoio oficial de recursos como tem o pequeno, sequer tem o capital próprio que tem o grande, mas ficou com exigência de recomposição similar. Seguir o raciocínio de combinar perfil do produtor com exigências cabíveis; ajustes nesta questão serão absolutamente necessários.

Outro ponto importante a ser considerado é uma maior atenção a dispositivos por Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA). Estes mecanismos de estímulo à proteção ambiental, por meio da monetarização de recursos naturais, precisam ser mais bem definidos e incentivados.

A simples permissão para recomposição de Reserva Legal em outras propriedades, desde que no mesmo bioma, é pouco. Os serviços ambientais, como, por exemplo, manutenção de florestas e conservação de nascentes d'água, são usufruídos por toda a sociedade. Logo, esta conta precisa ser diluída.

Uma preocupação latente é a implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e do Programa de Regularização Ambiental (PRA). Estes dois mecanismos – sob responsabilidade do governo federal – são a base de uma legislação ambiental que almeja ser moderna. A regularização atrelada à concessão de crédito para quem aderir ao CAR e ao PRA é uma medida valiosa, mas isso depende, em primeiro lugar, de que o governo efetivamente implante um processo desburocratizado, que não prejudique o produtor, que quer apenas regularizar-se perante a lei.

Nunca é tarde também para ressaltar que o novo Código Florestal não abre brechas para novos desmatamentos ilegais. Isso não existe. A nova Lei, na verdade, propõe justamente o contrário, já que determina recomposições de áreas a todos os produtores. Além disso, o novo Código também não anistiou ninguém. A realidade é que sua concepção enterra o dogma de comando e controle – que inviabilizou a lei passada – e abre uma janela para o futuro por meio da punição para quem desmatar ilegalmente, e da premiação para quem for responsável com a natureza.

Como muito bem disse a ministra Izabella, nenhum país tem uma legislação ambiental tão restritiva quanto a brasileira. A partir de agora, o desejo é que Executivo e Legislativo tenham a lucidez de aparar arestas do novo Código, a fim de deixá-lo encorpado no tocante à proteção ambiental e, ao mesmo tempo, dê segurança jurídica e estímulo para a produção rural. ■

*Produtor rural e presidente da Sociedade Rural Brasileira

Opinião

Código Florestal: mais um passo



Mônika Bergamaschi*

OS AGRICULTORES brasileiros, de pequeno, médio ou grande porte, dedicam muito tempo para tentar entender leis, decretos, portarias e resoluções que regulam e/ou interferem no cotidiano de suas atividades produtivas. Quando o que está em jogo é a conformidade com a legislação ambiental, a angústia é ainda maior, dadas a subjetividade e a superficialidade que sempre marcaram o tom das discussões.

O debate sobre o Código Florestal não fugiu à regra. O tema, sedutor, atraiu a atenção de muitos, e supostos especialistas surgiram aos milhares, criando regras e impondo soluções românticas. A produção de alimentos, energia e fibras para uma demanda crescente não apenas foi retirada do centro das discussões, como também ao setor produtivo foram imputadas todas as mazelas, e o produtor rural criminalizado e marginalizado.

Do que se alimenta essa percepção negativa de importante parcela da sociedade sobre o setor agropecuário no Brasil?

Com mais de 60% da cobertura vegetal nativa preservados, com áreas de proteção ambiental estabelecidas em âmbito municipal, estadual e federal, com terras indígenas demarcadas, com áreas quilombolas e assentamentos rurais legalizados, com boas práticas de produção agropecuária implementadas, com extraordinária competência na geração de agroenergia, este gigante faz com que povos ao redor do globo cada vez mais o admirem como exemplo. Estes e outros predicados e atributos ligados à sustentabilidade, condição primeira para a desejável segurança alimentar e energética, no entanto, não encontram ressonância na sociedade brasileira.

Essa desinformação vem permitindo que uma questão de extrema relevância para o País, como a definição do novo Código Florestal brasileiro, não esteja recebendo a devida atenção da sociedade brasileira, que a percebe apenas como uma batalha ideológica polarizada, com ambientalistas de um lado e ruralistas de outro.

O futuro que realmente queremos merece uma discussão mais profunda, e para que de fato sejamos capazes de construir um porvir melhor, é preciso que todos e cada um façam a sua parte. Comprometimento e seriedade na discussão.

A aprovação da Lei 12.651, de 25/05/2012, que instituiu o novo Código Florestal foi mais um importante passo de uma longa caminhada que ainda resta. Cabe o reconhecimento ao belo trabalho realizado pela Frente Parlamentar da Agropecuária, pelos relatores, pelas cooperativas, associações e pelos sindicatos.

O texto, apesar de ter trazido avanços consideráveis, ainda não contemplou a segurança jurídica necessária para oferecer ao agronegócio brasileiro o porto seguro para alavancar investimentos. Há que se brindar a revogação de um emaranhado jurídico envolvendo o tema, mas é objeto de apreensão, entre outros, a "principiologia" adicionada no Artigo 1º, uma vez que poderá alterar a forma de aplicabilidade da lei com base em discricionariedade.

Uma nova rodada de discussões foi aberta com os vetos e as alterações publicadas na MP 571. A Comissão Mista, criada para o encaminhamento da votação da referida Medida Provisória, que deverá acontecer até 22 de setembro, recebeu no prazo regulamentar nada menos que 690 emendas.

É evidente que essas negociações poderão promover alterações no texto aprovado. É importante, portanto, que os produtores não apenas participem ativamente desse processo, individualmente, ou por meio de suas organizações privadas, como também aguardem as definições do texto final antes de efetuar alguma ação de adequação ambiental em suas propriedades.

Em São Paulo, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento e a Secretaria de Meio Ambiente já iniciaram um trabalho conjunto para oferecer aos produtores rurais alternativas que levem à sonhada segurança jurídica.

Maiores serão os avanços quando a sociedade estiver bem informada sobre a realidade do que está sendo discutido. Melhores serão os resultados com engajamento, transparência, ciência e bom senso. Tanto neste quanto em outros assuntos estamos pecando pela falta de adequada comunicação. ■

*Secretária de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

Máquinas agrícolas

Preços médios de colheitadeiras em junho de 2012 (R$/unidade)

COLHEITADEIRAS	MODELO	SÃO PAULO	MINAS GERAIS	GOIÁS	MATO GROSSO
Massey Fergusson	MF 32	320.000	410.000	380.000	395.000
Massey Fergusson	MF 9690	500.000	510.000	550.000	590.000
New Holland	CR 9060	667.800	650.000	730.000	750.000
New Holland	CS 660	445.200	496.769	535.000	620.000
New Holland	TC 5090	360.000	410.000	410.000	412.000
New Holland	TC 5070	318.000	350.000	375.000	360.000
Valtra	BC 6500	513.000	580.000	510.500	560.000
Valtra	BC 7500	544.000	680.000	602.000	690.000
Valtra	BC 4500	304.000	340.000	355.000	350.000
Jonh Deere	1175 HY	300.000	411.000	350.000	358.550
Jonh Deere	9470	490.000	560.000	517.000	502.000

Fonte: Scot Consultoria

Preços médios de tratores em junho de 2012 (R$/unidade)

TRATORES	MODELO	SÃO PAULO	MINAS GERAIS	GOIÁS	MATO GROSSO
Massey Fergusson	MF 4292/4	108.000	128.000	118.000	120.000
Massey Fergusson	MF 7140/4	135.000	162.000	145.000	145.000
Massey Fergusson	MF 7370/4	190.000	230.000	215.000	220.000
New Holland	TM 7030	167.480	175.000	170.000	212.000
New Holland	TM 7040	180.000	181.000	185.000	205.000
New Holland	T 7060	222.600	225.000	255.000	260.000
Valtra	BM 125-4	115.000	136.000	133.000	135.000
Valtra	BM 185-4	183.000	211.000	199.680	215.000
Valtra	BM 205-4	190.000	223.500	216.320	225.000
Jonh Deere	7210	246.000	298.000	279.000	279.000
Jonh Deere	8335	375.000	680.000	600.000	330.000

Fonte: Scot Consultoria

Preços médios de arados de discos e aivecas em junho de 2012 (R$/unidade)

MODELO	FABRICANTE	DISCOS / AIVECAS	POTÊNCIA (CV)	LARGURA (M)	PREÇO
DISCOS					
AFL - 3	TATU	3	50-60	0,7 a 0,9	5.750
AFL - 4	TATU	4	70-80	0,9 a 1,1	6.800
AFL - 5	TATU	5	85-95	1,1 a 1,4	8.100
AR- 3	TATU	3	60	0,8 a 0,9	7.215
AR-PR - 3 c/ Pistão	TATU	3	60	0,8 a 0,9	7.320
AIVECAS					
FIXO AAH	TATU	2	75-85	0,9	2.700
FIXO AAH	TATU	3	90-100	1,4	3.500
FIXO AAH	TATU	4	105-120	1,8	4.800
REVER. AAR-3	TATU	3	120	1,4	4.000
REVER. AAR-4	TATU	4	140	1,8	5.300
REVER. AAR-5	TATU	5	160	2,3	5.500

Fonte: Scot Consultoria

Exemplo de financiamento

Veja um exemplo de financiamento para que o produtor tenha facilidade de decisão.

A colheita do milho safrinha começou nas principais regiões produtoras. Considere um agricultor que queira, em junho de 2012, comprar uma colheitadeira de milho, modelo MF 32, da Massey Fergusson, cujo preço é R$ 320.000,00 em São Paulo. O financiamento do bem, para uma entrada de 20% (R$ 64.000,00) é apresentado abaixo, em reais. O prazo de pagamento é de cinco anos, e a amortização é semestral, pelo calendário civil (primeira parcela para outubro de 2012). A taxa de juros para a modalidade Moderfrota é de 7,5% a.a. No final do financiamento, o produtor terá pago R$ 368.685,34 pela colheitadeira.

DATA DE VENCIMENTO	SALDO DEVEDOR	AMORTIZAÇÃO	JUROS	PRESTAÇÃO	PARCELA
15/10/12	256.000,00	25.600,00	6.263,67	31.863,67	1
15/04/13	230.400,00	25.600,00	8.460,14	34.060,14	2
15/10/13	204.800,00	25.600,00	7.562,20	33.162,20	3
15/04/14	179.200,00	25.600,00	6.580,11	32.180,11	4
15/10/14	153.600,00	25.600,00	5.671,65	31.271,65	5
15/04/15	128.000,00	25.600,00	4.700,08	30.300,08	6
15/10/15	102.400,00	25.600,00	3.781,10	29.381,10	7
15/04/16	76.800,00	25.600,00	2.835,82	28.435,82	8
15/10/16	51.200,00	25.600,00	1.890,55	27.490,55	9
15/04/17	25.600,00	25.600,00	940,02	26.540,02	10
Total		256.000,00	48.685,34	304.685,34	-
Total pago: R$ 64.000,00 (entrada) + R$ 304.685,34 (financiamento) = R$ 368.685,34					

Produção agrícola brasileira

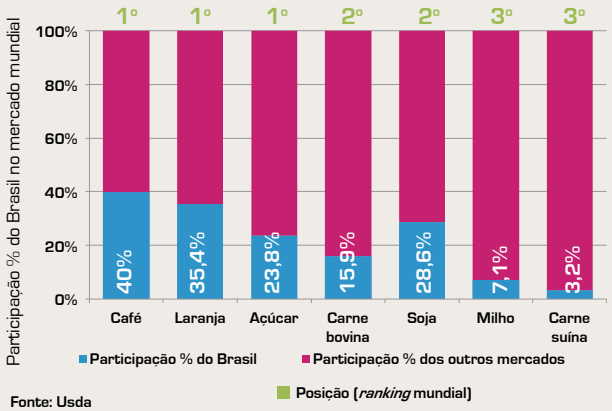
Nono levantamento da safra de grãos 2011/2012 - Junho/2012: estimativa de produção em mil toneladas

Produção	2007/08	2008/09	2009/10	2010/2011 Previsão[1] (A)	2011/2012 Estimativa[2] (B)	Variação (%) B/A
ALGODÃO - CAROÇO	2.504,7	1.890,6	1.843,1	3.228,6	3.258,7	0,9
AMENDOIM TOTAL	303,1	300,6	226,0	226,5	297,0	31,1
AMENDOIM 1ª SAFRA	256,2	246,1	191,9	199,2	268,5	34,8
AMENDOIM 2ª SAFRA	46,9	54,5	34,1	27,3	28,5	4,4
ARROZ	12.074,0	12.602,5	11.660,9	13.613,1	11.631,3	-14,6
AVEIA	230,2	232,2	244,1	379,0	353,5	-6,7
CANOLA		0,0	42,2	69,7	52,0	-25,4
CENTEIO	4,9	6,1	4,8	3,2	3,5	9,4
CEVADA	264,7	237,0	201,4	283,9	305,1	7,5
FEIJÃO TOTAL	3.520,9	3.490,6	3.322,5	3.732,8	2.971,9	-20,4
FEIJÃO 1ª SAFRA	1.243,1	1.344,5	1.463,1	1.680,3	1.239,5	-26,2
FEIJÃO 2ª SAFRA	1.445,5	1.371,6	1.022,8	1.362,3	1.165,2	-14,5
FEIJÃO 3ª SAFRA	832,3	774,5	836,6	690,2	567,2	-17,8
GIRASSOL	147,1	109,4	80,6	83,1	109,8	32,1
MAMONA	123,3	92,5	100,6	141,3	27,8	-80,3
MILHO TOTAL	58.652,2	51.003,9	56.018,0	57.407,0	67.793,7	18,1
MILHO 1ª SAFRA	39.964,1	33.654,9	34.079,2	35.925,9	34.895,7	-2,9
MILHO 2ª SAFRA	18.688,1	17.349,0	21.938,8	21.481,1	32.898,0	53,1
SOJA	60.017,7	57.165,5	68.688,2	75.324,3	66.365,8	-11,9
SORGO	1.985,5	1.934,9	1.624,2	2.314,0	2.160,7	-6,6
TRIGO	4.097,1	5.884,0	5.026,2	5.881,6	5.788,6	-1,6
TRITICALE	211,9	184,7	172,1	114,9	112,0	-2,5
BRASIL	144.137,3	135.134,5	149.254,9	162.803,0	161.231,4	-1,0

Fonte: Conab
(1) Dados Preliminares: sujeitos a mudanças (2) Dados Estimados: sujeitos a mudanças

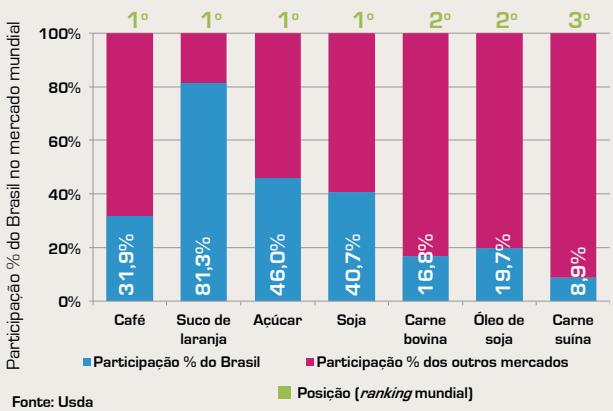
Produção agropecuária brasileira

Posição do Brasil como produtor em relação ao mercado mundial em 2011



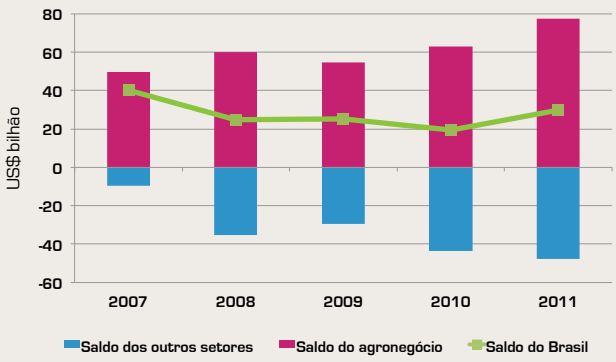
Fonte: Usda

Posição do Brasil como exportador em relação ao mercado mundial em 2011



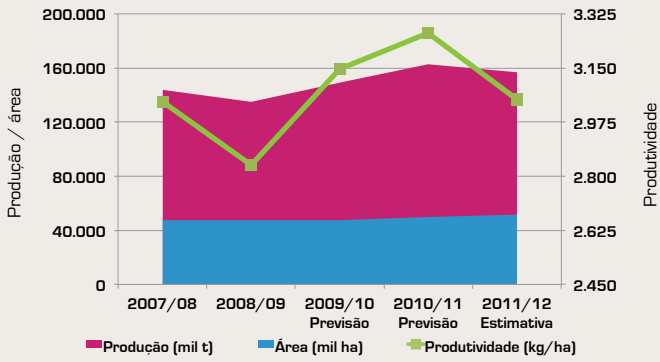
Fonte: Usda

Brasil: evolução do saldo da balança comercial



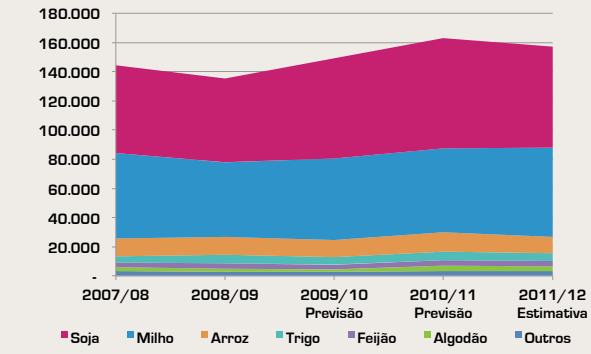
Fonte: Secex

Brasil: área plantada com grãos, produção e produtividade



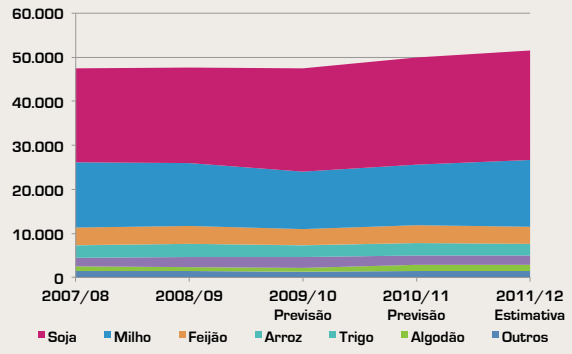
Fonte: Conab

Brasil: produção de grãos, por produto (mil t)



Fonte: Conab

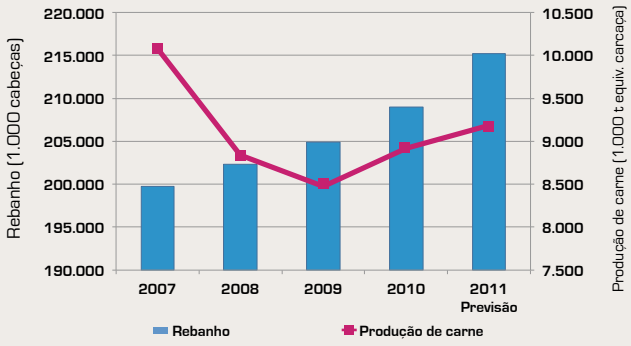
Brasil: área plantada com grãos, por produto (mil ha)



Fonte: Conab

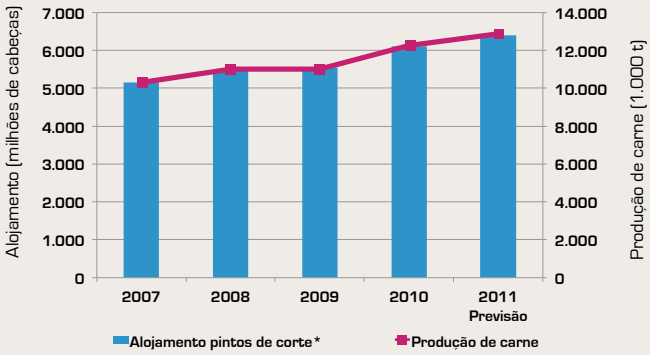
Produção agropecuária brasileira

Brasil: produção de bovinos



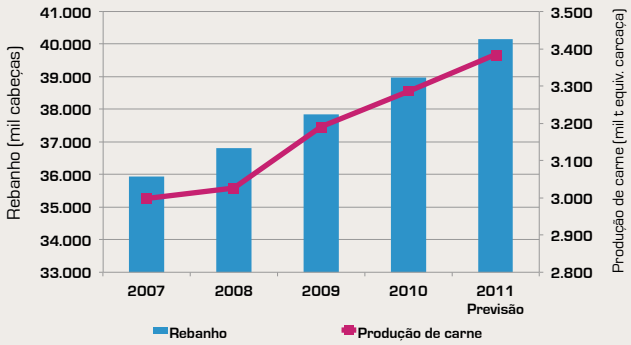
Fonte: IBGE

Brasil: produção de aves



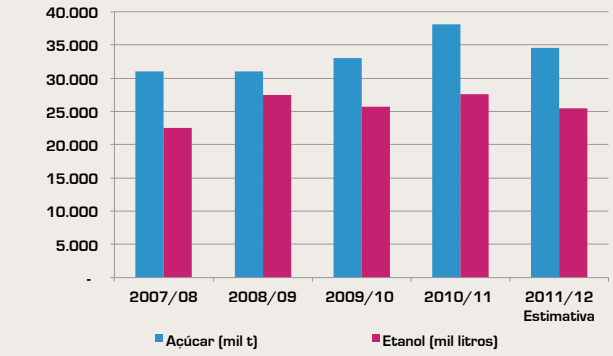
Nota: *o alojamento, e não a produção de pintos de corte, reflete o plantel que irá produzir carne
Fonte: Associação Brasileira dos Produtores de Pintos de Corte (Apinco)

Brasil: produção de suínos



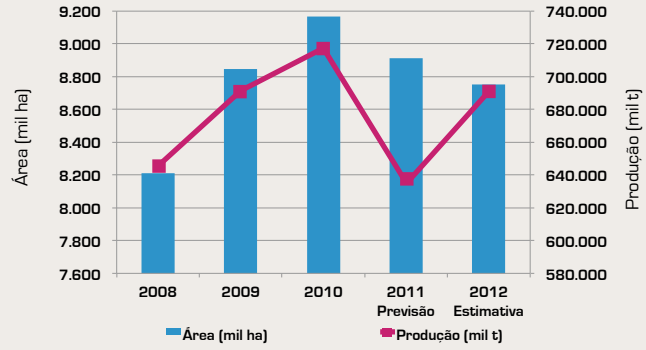
Fontes: IBGE; Abipecs

Brasil: produção de açúcar e etanol



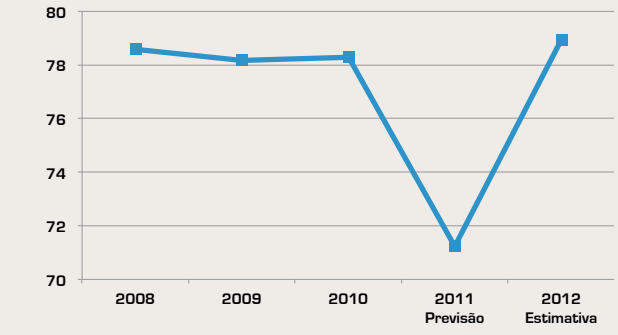
Fontes: Unica; Conab

Brasil: área e produção de cana-de-açúcar



Fonte: IBGE

Brasil: produtividade da cana-de-açúcar (t/ha)



Fonte: IBGE